

Cadernos do Observatório. v.2.



Projeto de Extensão
Observatório do Mundo Contemporâneo
Laboratório de Ensino de História
UNIOESTE

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR, Brasil)

Cadernos do Observatório / UNIOESTE. Universidade do Oeste do Paraná.
Campus de Marechal Cândido Rondon. Laboratório de Ensino de História. n.
(2008). Marechal Cândido Rondon: 2008 – v2.

Anual

ISSN

1. História Imediata – Textos Didáticos. 2. Mídia – Textos Didáticos. 3. Educação –
Textos Didáticos. I. UNIOESTE. Campus de Marechal Cândido Rondon.
Laboratório de Ensino de História.

CDD 21. ed

905

CIP-NBR 12899

Ficha Catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio CRB-9/965

Organização

Equipe do Observatório

Estagiários

Karen R. Capelesso

Coordenação

Aparecida Darc de Souza

Carla Luciana Silva

Sumário

| | |
|------------------------------|----|
| SOBRE O PROJETO..... | 4 |
| VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL..... | 6 |
| REFERÊNCIAS..... | 19 |
| RENÚNCIA DE FIDEL..... | 20 |
| REFERÊNCIAS..... | 27 |
| 40 ANOS DE MAIO DE 68..... | 28 |
| REFERÊNCIAS..... | 38 |
| CORRUPÇÃO..... | 39 |
| REFERÊNCIAS..... | 50 |
| FOME!..... | 51 |
| REFERÊNCIAS..... | 61 |
| REFORMA AGRÁRIA..... | 62 |
| REFERÊNCIAS..... | 77 |
| CRISE FINANCEIRA..... | 79 |
| REFERÊNCIAS..... | 90 |

SOBRE O PROJETO

Observatório do Mundo Contemporâneo: produzindo pensamento crítico

Carla Luciana Silva

O projeto de Extensão Observatório do Mundo Contemporâneo vem sendo realizado desde o ano de 2001. O projeto objetiva promover a leitura crítica da realidade contemporânea mundial. Para tanto, são produzidos murais e textos de reflexão, em linguagem acessível a qualquer interessado.

Os textos produzidos pela equipe estão sendo disponibilizados na Internet, na página da Unioeste (www.unioeste.br/projetos/observatorio). Os murais são colocados no Campus de Marechal Rondon em local de amplo acesso à comunidade que frequenta o Campus diariamente. Oficinas são oferecidas em eventos onde é apresentado o projeto, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre os referenciais teóricos que são utilizados.

Além disso, a divulgação do projeto nas escolas tem tido amplo apoio, com a participação efetiva dos alunos do ensino médio das escolas da região nas atividades desenvolvidas. Mas nosso objetivo vai além, e é por isso que os murais foram transformados em slides que podem ser utilizados com data show para fazer oficinas em qualquer lugar que disponha de um computador. Queremos com esse material de apoio, esse caderno de textos, promover subsídios para que professores da rede pública, e demais educadores populares possam fazer eles também essas discussões e trabalhar com esse material.

Nosso maior interesse é incitar o debate sobre os temas contemporâneos. O princípio que nos norteia é que faltam materiais críticos para analisar a história recente. E que essa história faz parte de nossas vidas de forma inexorável: nós somos os sujeitos da história. E para transformá-la temos que ter recursos para conhecê-la. A mídia ocupa esse espaço de maneira privilegiada, trazendo um projeto hegemônico que busca nos convencer de que o que ela propõe é expressão pura da verdade absoluta. Por isso focamos sobretudo na mídia, em matérias jornalísticas, porque são elas que produzem uma compreensão da história recente, forjando visões de mundo sobre o tempo atual.

Não podemos enquanto historiadores pensar que só deveremos pensar sobre a história depois que ela “tiver passado”, sob pena de termos perdido recursos básicos pra sua compreensão. Mesmo que nossas análises sejam inconclusas, é necessário que nos acerquemos dos recursos possíveis para compreendê-la. O aspecto midiático da questão nos faz também pensar sobre a necessidade de produzir materiais que sejam atraentes, que

prendam atenção. E por isso temos investido nos murais em forma de slides que permitem visualizar essas discussões de forma que sejam compreensíveis ao maior número de pessoas possível.

Os materiais podem ser utilizados por qualquer interessado. No entanto, eles não são auto-explicativos. Para trabalhar com essas temáticas é necessário preparação, estudo, e questionamento. Nossa história não pode ser portadora da verdade absoluta como é a que a mídia faz. Ela tem que ser indagadora, analítica, demonstrativa e também interpretativa. Alguns elementos distinguem nosso texto do que é produzido pelo jornalismo: o respeito às fontes e sua citação fidedigna; a elaboração de questões problematizadas; a utilização de hipóteses colocadas como respostas provisórias e não como verdade absoluta; a definição clara do lugar a partir do qual falamos.

O grande problema dos meios de comunicação não é quando eles mostram que tem um lado, mas quando eles assumem posição sem deixar isso claro, porque isso confunde o leitor / espectador, que passa a receber isso como sendo “notícia: verdade”. Nosso trabalho não pode ter esse mesmo sentido. O princípio da utilização de fontes históricas nos obriga a buscar outros recursos para compreensão do real: dados estatísticos, estudos comparados, fotografias, depoimentos, mapas, e muitos outros materiais são utilizados além dos recursos disponíveis na internet. Isso é fundamental para construir textos analíticos e críticos.

Utilizamos para construir esse material de várias fontes de imprensa contra-hegemônica. É importante ressaltar que a mesma crítica que fazemos aos grandes meios de comunicação, temos que fazer aos pequenos: quem fala? Para quem fala? Por que fala? Isso nos permite perceber que nunca esses meios são neutros, eles têm uma organicidade, tomam partido o tempo todo. E isso precisa ser dito, não ocultado. É isso que nos permite não cair na ilusão da neutralidade. Nós temos posição, mas não podemos ocultar isso.

Desejamos a todos um bom trabalho. A forma com que cada um vai utilizar o material é livre. Propomos a utilização paralela do caderno de textos e dos slides. Sempre que possível, é possível promover a consulta a jornais, revistas, internet, como forma de incitar também a pesquisa por parte dos participantes. Mas para isso seria necessário um tempo mais extenso, e vai depender da disponibilidade de cada escola. Pedimos apenas que, na medida do possível, nos informem sobre a utilização do material, apontando críticas e sugestões para que possamos melhorá-lo, pois o projeto segue sendo realizado. Esperamos para breve lançar a segunda série de produção do OMC.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Mural Produzido em:
03/2008

Coordenação:
Selma Martins Duarte

Acadêmicos:
Alexandre R. Valcarenghi
Carlos Mauricio Trindade
Martha de Azevedo Piloto
Mauro Camargo Jr.
Sandra Regina Ventura Popiolek
Suzane Conceição Pantolfi Tostes

Violência Policial... Até quando?

Selma Martins Duarte

Para iniciar uma análise sobre a violência policial no Brasil é necessário observar o caminho de sua difusão, ou seja, examinar a propaganda da violência presente cotidianamente na mídia, e como promove-se um grande espetáculo em que o principal protagonista é o sangue. E quanto mais sangue verter, mais audiência certos programas terão. A propaganda da violência não está presente apenas em programas policiais, ela está na pauta jornalística de praticamente todos os noticiários veiculados nos mais variados horários.

A divulgação da atuação da polícia, muitas vezes acompanhada de mortes, é apresentada em meio a assuntos políticos, econômicos e do cotidiano. Não é apenas a violência policial que é veiculada desta forma, mas várias formas de violência social aparecem como elemento corriqueiro do cotidiano brasileiro. A banalização da violência é, portanto, uma construção social, e deve ser compreendida como tal.

O filme *Tropa de Elite*, lançado em 2007, em certa medida contribui para o acirramento da banalização da violência, além de provocar certo incitamento da violência policial. Basta uma rápida busca pela internet e facilmente encontra-se blogs, mensagens enviadas a sites, textos e até livros que propõe repressão dura da polícia e a pena de morte para os “bandidos”. Discursos que apontam para a idéia de que “bandido bom, é bandido morto”.

O que tem ocorrido nos últimos anos é o ressurgimento de grupos de extermínio, que se auto-proclamam “justiceiros”. Estes grupos são compostos por membros da polícia, sociedade civil, aposentados da polícia que julgam ter o direito de “fazer justiça com as próprias mãos”. É preciso esclarecer a origem desta prática organizada de extermínio, a partir de instituições do Estado. No final da década de 1960, em São Paulo, foi criado o Esquadrão da Morte, que posteriormente se estendeu por praticamente todo o país. Conforme Hélio Bicudo: “Com o início de suas atividades, marginalizados apareciam seviciados e mortos nas “quebradas” da periferia da cidade, trazendo sobre o corpo cartazes com a “assinatura” do grupo: uma caveira com dois fêmures cruzados.” (1994, p. 32) Estas práticas foram constatadas durante o longo período de ditadura militar, mas não se encerram com o processo de redemocratização, elas permanecem numa “espécie de “simbiose” entre as atividades das polícias Cíveis e Militares. O Esquadrão da Morte foi uma iniciativa da Polícia Civil. Porém, a Polícia Militar assimilou essa experiência com incrível desenvoltura” (BICUDO, 1994, p.33) A certeza de que em caso de denúncia, o julgamento de crimes policiais seriam entregues a

Justiça Militar, e que dentro da instituição militar há um grande corporativismo, serviu e serve de “estímulo a impunidade”.

Aqui é preciso abrir um parêntese para analisar a atuação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), uma polícia de elite no Rio de Janeiro, que recentemente compôs o enredo do filme *Tropa de Elite*. Criada em Janeiro de 1978, recebeu a nomenclatura atual em 1991. Segundo Luiz Eduardo Soares, que escreveu o livro *Elite da Tropa*: “O BOPE não foi preparado para enfrentar os desafios da segurança pública. Foi concebido e adestrado para ser máquina de guerra. Não foi treinado para lidar com cidadãos e controlar infratores, mas para invadir territórios inimigos” (2006, p. 8). Neste momento uma pergunta tem que ser feita. Por que a sociedade civil e a organização política do Estado brasileiro querem uma polícia preparada para “matar”, ao invés de uma polícia treinada para lidar com cidadãos?

A resposta para esta pergunta exige uma reflexão que vai muito além da compreensão da atuação da polícia em nossa sociedade. Para encontrarmos uma resposta teremos que estudar a própria constituição sócio-cultural de nossa sociedade, não porque a violência é um problema que ronda as classes baixas, mas ao contrário, porque na formação hierárquica de nossa sociedade estão presentes práticas autoritárias e de violência, desta forma, o próprio Estado encarregou-se de institucionalizar a violência, tornando-a legal através da atuação da polícia, que é aparelhada para reprimir qualquer tipo de insurreição contra a “ordem” e a propriedade privada, em detrimento da vida.

O medo da violência entre as classes média e alta é gestado principalmente pela mídia, que leva estes segmentos sociais a assumirem discursos e posicionamentos estremados, como a defesa de assassinatos de crianças de ruas, de militantes políticos, manifestantes, de moradores de favelas, de presidiários e etc., em defesa da “segurança pública”. Mas segurança de quem? Dos setores que detêm bens e têm poder de consumo? Somente estas pessoas têm direito a Segurança Pública? Infelizmente parece que sim. Se analisarmos o discurso na seqüência esta afirmação ficará mais evidente:

[...] Não é fácil ingressar no BOPE. Isso eu posso garantir. Não é para qualquer um. Temos um puta orgulho do uniforme preto e do nosso símbolo: a faca cravada na caveira. Os marginais tremem diante de nós. Não vou iludir você: com os marginais, não tem apelação. **À noite, por exemplo, não fazemos prisioneiros. Nas incursões noturnas, se toparmos com vagabundo, ele vai pra vala.** Sei que essa política não foi correta. Agora não tem mais jeito. A gente mata ou morre. Antes da implantação dessa política, há muitos anos, o marginal se rendia, quando se via inferiorizado. A ordem de atirar para matar, não admitindo rendição de bandido, acabou provocando um efeito paradoxal: aumentou a resistência deles e a violência contra a polícia. Claro, o sujeito sabe que não adianta se

render, então luta até a morte. Pelo menos adia a morte e leva alguém junto. (SOARES, 2006, p. 26)

Este texto retirado do livro *Elite da Tropa*, que é uma “ficção”, mas foi escrito por ex-integrantes do BOPE, e pretende ser coerente com a realidade. Este discurso de que estamos em guerra e numa guerra tudo se justifica, passou a ser constantemente difundido, tanto com o livro, quanto com o filme *Tropa de Elite*. Como citado anteriormente, podem-se encontrar na internet, depois da divulgação do filme, muitos textos manifestando a idéia de que a polícia tem mais é que entrar na favela e matar mesmo, e mais ainda, constrói-se a imagem dos integrantes do BOPE e dos grupos de extermínio como sendo “heróis da Nação”.

Estudando a polícia brasileira percebemos que ela foi criada para reprimir a sociedade e proteger a propriedade privada e o Estado dos “inimigos internos”, o que é um paradoxo, pois na década de 1990, uma parcela da sociedade passou a reivindicar uma polícia preparada para lidar com cidadãos, e respeitar os direitos destes. No entanto, o discurso crescente do medo, uma construção principalmente da mídia, gera mais tensão social e desvia o foco de análise do problema real, que são: as reproduções de práticas autoritárias e violentas, a banalização da violência erroneamente associada à contradição social, e a intolerância social.

A cultura do autoritarismo prevalece manifestada na violência contra a mulher, contra as crianças, na repressão aos movimentos sociais, na defesa de propostas como a redução da maior idade penal, nos crimes de colarinho branco, na corrupção policial. Crimes que raramente são investigados e punidos adequadamente. Mesmo assim, temos que ouvir absurdos, como a proposta feita pelo Deputado Estadual do Paraná, Antonio Anibelli, que na tribuna da Assembléia Legislativa afirmou ser preciso voltar o **Esquadrão da morte no Brasil**, e **defendeu a pena de morte**. Como se fosse necessário Esquadrão da Morte institucionalizado no Paraná, pois, como destacou o governador Roberto Requião, em discurso para a TV Educativa do Paraná, a polícia do Paraná mata mais do que “bandidos”:

O governador Roberto Requião (PMDB) reconheceu nesta terça-feira que a criminalidade e a violência da polícia aumentaram no estado e pediu mais rigor da Secretaria da Segurança Pública (Sesp-PR) nas investigações. "Estamos num crescimento de casos de violência da polícia em relação aos anos anteriores enorme. A criminalidade cresceu também, mas **a violência da polícia é insuportável no Paraná**" (GAZETA DO POVO ONLINE)

A citação acima nos trás a dura realidade da atuação de uma parcela significativa da polícia paranaense. Não é possível calar diante desta barbárie. O governador avançou admitindo que há violência, mas é preciso agir no sentido de por fim a estas práticas

sanguinárias dentro das corporações policiais, pois elas são responsáveis pela discriminação social e o aumento da violência, como escreveu Hélio Bicudo:

[...] a precária organização policial-judiciária, que propicia a prática da brutalidade oficial, também responde, em parcela apreciável, pela escalada da violência. A partir dessa situação, as classes populares mais bem conscientizadas vêm verificando a existência de uma discriminação na ação da Polícia e da Justiça, sujeitando-as a um modelo econômico-social determinante de Privilégios de uma minoria, às custas do sofrimento de muitos. E, nessa linha de raciocínio, podemos encarar como “linchamento” – que corresponde às tortura e morte – as execuções extralegais efetuadas pelo aparelho policial estatal” (1994, p. 31)

Basta de um Estado repressor! É preciso que a sociedade se posicione contrária à violência legal do Estado, responsável por grande parte do número de torturas e mortes no Brasil.

Repressão Policial aos Movimentos Sociais no Brasil

Sandra Popiolek e Carlos Mauricio Trindade

Este texto tem como objetivo analisar a atuação dos órgãos responsáveis pela repressão do Estado aos movimentos sociais, que de certa forma, são contestadores da “ordem” instaurada. No Brasil, existem diversas organizações de movimentos sociais que reivindicam seus direitos, como por exemplo, o cumprimento dos direitos trabalhistas, demarcação dos territórios indígenas, reforma agrária, moradia, respeito à equidade entre as minorias étnicas e a sociedade brasileira. Pode-se citar entre estes: o Movimento Negro, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e organizações das nações indígenas, que buscam pressionar o Estado no cumprimento de suas leis e da constituição e no respeito aos Direitos Humanos, inclusive ampliando a própria noção de legislação ao apontar para a necessidade de amparo aos direitos coletivos.

Abordaremos na seqüência três situações em que os movimentos sociais ao se organizarem reivindicando solução para os problemas do grupo, foram confrontados pela polícia “o aparelho repressor do Estado a serviço da manutenção da ordem burguesa”. A primeira análise lança-se sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás, em que integrantes do MST foram duramente reprimidos e muitos assassinados durante a intervenção da Polícia Militar.

O Estado faz uso da força para repressão aos Movimentos Sociais utilizando órgãos federais e estaduais, como a Polícia Militar, a Polícia Civil, Polícia Federal e em casos mais extremos de repressão, o Exército. Em 1996, um grupo do MST no sul do Pará, na cidade de Eldorado dos Carajás, obstruiu a rodovia PA-150 em protesto pela demora da desapropriação da fazenda Macaxeira (latifúndio), no qual encontravam-se 1500 militantes do MST. A Polícia Militar do Estado do Pará tinha ordens de desobstruir a rodovia e atacou os manifestantes com gás lacrimogêneo, os manifestantes revidaram com paus e pedras. Dezenove pessoas morreram na hora, outras duas morreram anos depois, vítimas das seqüelas, e outras sessenta e sete ficaram feridas. Pelo menos 10 sem-terras foram executados. Desta forma, foi reprimida a manifestação. **Há indícios que os fazendeiros tenham pagado propina para a Polícia para desocupar a área.** Nenhum fazendeiro foi indiciado, todos os policiais saíram imunes e o comandante da operação ficou preso 30 dias em sua residência. **O governo FHC após o “incidente” enviou tropas do Exército para “conter” os sem-terra.**

A repressão ao Movimento dos Moradores de Rua também merece atenção. O site

www.midiaindependente.org trouxe uma matéria sobre o descaso da Prefeitura de São Paulo com os moradores de rua. O Movimento Nacional da População de Rua organiza todos os anos o Natal Solidário, em São Paulo e em dois anos seguidos várias pessoas foram agredidas e algemadas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) sem motivos ou justificativa para tal ação. Isto evidencia o descaso da prefeitura com a população de rua. Os moradores se organizaram no dia 25 de janeiro (aniversário de São Paulo) para exigir seus direitos mínimos de sobrevivência. O morador mais conhecido da região saiu gritando pelas ruas com uma faca “Mata eu São Paulo, porque não quero morrer de fome”. Não era sua intenção machucar ninguém, apenas uma forma de manifestação, entretanto, na tentativa de barrar sua manifestação três pessoas foram feridas, e o morador de rua foi preso. Após este acontecimento, pessoas que compõe a elite paulistana declararam que “é necessário colocar mais polícia nas ruas”.

Outro caso que é ligado ao cotidiano universitário é a repressão contra os movimentos estudantis. Um dos casos mais recentes é da repressão contra a ocupação da reitoria na USP em 2007, onde houve perseguição política e repressão policial á vários militantes, que lutavam contra um decreto do Governo Serra que restringia a autonomia da Universidade. Entretanto não é apenas no Estado de São Paulo que os estudantes vêm sofrendo com repressões. Atualmente no Paraná, UEM, UEL e UFPR, estão ocorrendo perseguições políticas dentro das respectivas universidades. Na última reunião da CONLUTE que aconteceu em Maringá, mês passado, com vários estudantes do movimento estudantil, explicitaram as repressões ocorridas por parte dos órgãos estatais dentro e fora das respectivas Universidades. Na UFPR, estudantes estão sendo processados por protestaram contra o REUNI, em Londrina, os estudantes militantes estão sendo reprimidos dentro da Universidade, e em Maringá, estudantes são reprimidos por estarem dentro de uma área residencial. Estudantes estão sendo reprimidos dentro dos estabelecimentos em que estudam e que militam, por setores da universidade, ou seja, estão lutando por uma universidade melhor e estão sendo reprimidos por ela própria.

Importante lembrar que alguns desses movimentos contrariam a base do capitalismo, a propriedade privada, ou seja, os movimentos sociais que, em sua maioria, se posicionam contra a idéia de propriedade privada do Estado, por isso lutam pelos seus direitos e são oprimidos pelos órgãos repressivos: Forças Armadas e Forças Auxiliares. A ideologia burguesa é difundida nas massas no discurso de que precisamos mais segurança e policiamento, entretanto a Polícia, sendo um braço do Estado, serve a burguesia reprimindo sempre mais a classe trabalhadora. Mendigos são assassinados a pauladas nas ruas de São

Paulo... nenhum suspeito é preso. O jornalista Global é assassinado por traficantes e a Polícia é mobilizada e realiza buscas intensivas na favela, prendendo vários suspeitos.

Tropa de Elite...Será?

Alexandre R. Valcarenghi, Mauro Camargo Jr

O filme brasileiro *Tropa de Elite* (2007), um grande sucesso mesmo antes de chegar aos cinemas, vítima e beneficiado da pirataria, três meses antes de ser lançado oficialmente foi visto por cerca de cinco milhões de pessoas e comentado na mídia, no meio acadêmico e pela população. Sucesso de público e crítica, ganhador do Urso de Ouro no Festival de Cinema de Berlim, destacou personagens como Capitão Nascimento e seu bordão “**Pede pra sair**”, além dos policiais Neto e Matias que caíram nas graças da população brasileira.

O filme, mostra na visão do cineasta José Padilha a situação do policiamento carioca e brasileiro, Padilha que em 2002, dirigiu o documentário **Ônibus 174**, que mostrava a ineficiência e despreparo da força policial do país.

No caso do seqüestro do ônibus 174, no Bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, feito por um só homem, cercado por inúmeros policiais que não tiveram a competência de controlar a situação, acabando tragicamente quando Sandro (que manteve durante algumas horas reféns dentro do ônibus) resolveu se entregar aos policia, levando consigo uma das reféns para sua proteção. No momento decisivo, em que tudo se encaminhava para o desfecho da operação, sem nenhuma morte, um policial do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) atirou e matou a refém, professora Geísa Firmo Gonçalves. Sandro que foi levemente ferido ao se entregar foi assassinado pelos policiais dentro da viatura da polícia.

O filme *Tropa de Elite* apresenta vários elementos para que pensemos o papel e a situação da polícia na sociedade brasileira, levantando alguns elementos como: incompetência, despreparo policial, corrupção, violência policial, falta de material para o trabalho e baixos salários.

O primeiro ponto talvez seja a questão do péssimo treinamento físico e psicológico, da polícia militar convencional quando no começo do filme o narrador capitão Nascimento faz as comparações entre as práticas do treinamento desta com a do BOPE, mostrando a falta de perícia e estratégia que a polícia têm, que também se evidencia no documentário *Ônibus 174*, onde mostra inúmeros policiais, mal posicionados, sem estratégia para o isolamento do local deixando a mídia e população se aproximar do ônibus pondo em risco a operação e a vida destas.

O despreparo da força policial também se evidencia na questão material, carros e motos não funcionam, PMs sobem o morro mal equipados e preparados combatendo AR-15 e granadas com coletes e pistolas, o treinamento e a estratégia praticamente não existem, e

acabam tendo que se render a situação e chamam o “poderoso BOPE”.

O Batalhão de Operações Policiais Especiais, romantizado comandado pelo Capitão Nascimento sobe o morro com suas ótimas armas e sua impecável estratégia, atirando e acabando com os bandidos, agindo com muita violência, sendo temida e respeitada por isso. Mas este foi um dos pontos mais comentados de Tropa de Elite, onde gerou debates fervorosos e os seguintes questionamentos na sociedade “será que o aumento da violência é a solução dos problemas de criminalidade no Brasil?” e “favela é sinônimo de violência?”.

Na opinião de muita gente da nossa sociedade burguesa, o aumento da repressão é sim a maneira correta de acabar com a violência e favela não é nada mais que um aglomerado de bandidos, como podemos perceber na fala que retiramos do blog diário de um Policial Militar, na postagem de um suposto “João”:

Acho q o BOPE é a pena de morte no rio de janeiro .
 Já q n pode colocar pena de morte na lei essa eh forma de se contornar esse problema, n sei se eh certo mas só sei q ta ficando cada vez mais foda viver no Brasil.pobre se reproduz igual coelho (...) axo q o pensamento deles eh q quanto mais filhos eles colocarem no mundo mais dinheiro vai render colocando as crianças pra trabalhar no sinal , o problema eh quando cresce... aquele filme mostra uma realidade q n existe mais , agora esta muito pior, aquele filme conta a historia do BOPE antes da virada do seculo e ja estamos em 2008, tambem n concordo com esses discursos sociologicos pois não sao eles q sobem as favelas, na favela é alei da selva q reina é matar ou morrer n existe meio termo até pq se o BOPE ou uma parte da PM que ainda cumpre com o dever prender todos n haverá espaço nas cadeias ,tambem não sei pq esse sociologos não aparecem pra defender um vagabundo quando eles matam pessoas trabalhadoras sem motivos [...]

Em contrapartida vamos dar nossa opinião: repressão gera mais violência, e temos que tratar a violência como um problema social, começando pela educação que esta em frangalhos, e favela é um lugar na sua maioria de pessoas trabalhadoras e honestas que vivem num local negligenciado pelo estado onde não tem acesso muitas vezes a água, luz e saneamento básico e condições mínimas de vida como saúde, educação e também segurança, pois será que existe policiamento constante nas favelas para proteção (não repressão) dos moradores?

Pelo que é mostrado no filme quem é mais culpado pela violência, os traficantes do morro que vendem as drogas, ou os playboyzinhos filhinhos de papai que moram nos bairros nobres cariocas que compram as drogas e com isso financiam o trafego?

Sobre esse debate também é interessante pensar o papel da polícia pois como é problematizado pelo documentário “*Noticias de uma guerra particular*” de Kátia Lund e

João Moreira Salles pelo delegado de polícia: Helio Luz que questiona até aonde as pessoas tem realmente interesse que a polícia seja correta.

Pois se isso acontecer às apreensões vão ser muito mais severas e os pequenos delitos vão ser punidos corretamente sem a possibilidade de vista grossa,ou a famosa molhada de mão no trânsito, assim como as intensificações do trabalho policial na investigação nos casos de corrupção, lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, crimes praticados por grande parte da elite.

Esta é nossa opinião informe-se, reflita e de a sua...

Cárcere brasileiro e a violência contra as mulheres

Martha Piloto e Suzane Tostes

A cada 15 segundos, uma mulher é espancada. A cada nove segundos, uma mulher é ofendida na conduta sexual e é desmoralizada no trabalho doméstico ou remunerado. Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais chances de serem estupradas que as mulheres brancas.

Dados como estes nos assustam, no entanto, grande parte da sociedade brasileira faz de conta que não conhece estes dados, se têm a imagem da violência contra a mulher como algo negativo, e inaceitável, porém muito presente na realidade de muitas famílias. Essa prática da violência à mulher, na maioria das vezes, se dá nos interiores das casas, longe dos olhos dos vizinhos, e quando essa violência é explícita, freqüentemente não intervêm, pois muitos, e estes, na maioria das vezes pensam, a partir de referencias culturais de machistas, que: *“em briga de marido e mulher, não se mete a colher”*, ou então *“que é só mais uma briguinta de casal”*. Também podemos citar os muitos casos de quando essa violência se dá no trabalho, onde colegas de trabalho se calam pelo medo de algum tipo de repressão ou perda do emprego.

Dentro do sistema judiciário e carcerário a agressão à mulher se reproduz. O quadro que se tem é de uma polícia e um judiciário despreparados, que não vêem a agressão ao corpo da mulher como algo preocupante, tratando a violência contra a mulher como algo menor e como prioridade casos como, por exemplo: roubos, furtos, acidentes, ocupações, desapropriações onde está em risco a propriedade privada, ou a segurança das classes médias e altas.

Mas o que aconteceria se uma mulher que é agredida sistematicamente pelo seu marido o denuncia-se e resolvesse sair de casa? Não mudaria muita coisa! Não são todas as mulheres (na verdade essa parcela é a minoria!) que tem condições de sair de casa e ir para um hotel ou alugar uma casa. A maioria das mulheres não fazem as denúncias pois não vêem esse quadro mudar. O estado não oferece nenhum tipo de assistência para as mulheres agredidas, como um local para essas mulheres poderem ficar até conseguirem se estruturarem e o mais importante, amparo psicológico. Mesmo com a lei Maria da Penha, que prevê que a mulher agredida possa continuar em sua casa e onde o agressor é preso, não se tem ainda uma eficácia efetiva da lei.

A lei Maria da Penha foi uma medida mais propagandista, já que foi implementada um mês antes das eleições do que uma lei combativa contra as agressões domésticas. Uma das

contribuições da Lei Maria da Penha foi a de proibir a lei nº 9.099/99, onde era possível pagar com “cestas básicas” a pena por agressão. Efetivamente o agressor ainda pode pedir a suspensão condicional do processo até se investigar melhor o caso.

A agressão contra a mulher é constante, e os sistemas judiciário, policial e carcerário não estão preparados para combater a esta violência. Exemplo disto ocorreu em novembro de 2007, em uma prisão no Pará. Uma menina de 15 anos foi mantida na mesma cela que outros 34 homens, onde foi agredida, queimada e abusada sexualmente, tendo que trocar sexo por comida. Em depoimento esta relatou que seu dia predileto era a quinta-feira, porque era o dia de visita das esposas dos presidiários. Após denúncia, mais quatro casos foram descobertos no Pará.

Temos que questionar o governo, que cortou 42% dos investimentos destinados ao combate contra a agressão para pagar a dívida interna. Não podemos aceitar que essas violações continuem acontecendo. Temos que debater e combater a opressão e violência à mulher. E o mais importante, não podemos esquecer que para o sistema capitalista é vantajoso e lucrativo o machismo e a opressão da mulher, pois é dessa diferença de sexo que o capital consegue tirar um lucro ainda maior sobre a exploração da mulher, seu corpo e mão de obra.

REFERÊNCIAS

TROPA DE ELITE. Direção: José Padilha. Produção: José Padilha e Marcos Prado Roteiro: Braúlio Mantovani, José Padilha e Rodrigo Pimentel. Rio de Janeiro: Universal Pictures do Brasil, 2006. DVD, 118 min.

BICUDO, Hélio. Violência: *O Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1994.

SOARES, Luiz Eduardo [et. al]. *Elite da Tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

Jornal Opinião Socialista n° 323 – 28 de novembro de 2007.

<<http://www.ibraol.com.br/retranca/brasil.php?mostrar=noticiacompleta&id=faf7869584>>

Acesso 30/03/2008, às 19:20 horas.

<<http://blogs.odiaromaringa.com.br/edsonlima/2007/09/07/deputado-quer-o-esquadrao-da-morte/>> Acesso 31/03/2008, às 20:01 horas.

<<http://www.oobservador.com/new/ler.asp?id=13421>> Acesso 30/03/2008, às 20:10.

<<http://www.milenio.com.br/milenio/noticias/ntc.asp?cod=1735>> Acesso 30/03/2008, às 20:50 horas.

<www.diariodeumpm.net/2006/10/27/documentario-wardogs-bope/3> Acesso 13/03/08, às 12:19.

http://www.sr-cio.org/texto/mulheres/maria_da_penha_sr41.html

<http://www.mulheresdeolho.org.br/?p=133>

<http://www.midiaindependente.org>

RENÚNCIA DE FIDEL

Mural Produzido em:
04/2008

Coordenação:
Sarah I. G. T. Ribeiro
Marcos Vinicius Ribeiro

Acadêmicos:
Alexandre R. Valcarenghi
Douglas Luis Wrasse
Fernando Chlad
Hugo Felipe Frison
Karen Kraulich
Martha de Azevedo Piloto
Mauro Camargo Jr.
Rúbia Mara Tordiotto
Sandra Regina Ventura Popiolek
Suzane Conceição Pantolfi Tostes

Revolução Cubana, o antes e o depois

O Contexto histórico em que a Revolução Cubana esta pautado é o da guerra fria. De um lado os Estados Unidos e a defesa do capitalismo, de outro a URSS e a defesa do comunismo, mas de um comunismo burocratizado e com a política clara de Stalin, de o “socialismo em um só país”.

É nesse contexto que quatorze anos depois a Revolução Cubana acontece. A ditadura de Gerardo Machado estava causando inquietação nas camadas populares, que estavam se organizando e se aproximando cada vez mais da esquerda. Dessa forma, o governo estadunidense decide intervir na política cubana.

No lugar de Machado é posto Fulgêncio Batista, chefe das Forças Armado, para que este tentasse calar a população e para que a política estadunidense continuasse sendo implementada sem nenhum tipo de empecilho. Mas, o esperado pelo governo ditatorial de Batista e o governo estadunidense não ocorreu.

Por parte da população havia muita indignação com a Ditadura Batista e pelo rumo que a economia cubana estava tomando, o de não investimento e melhorias em Cuba para garantir os lucros das multinacionais.

A resistência do povo Cubano se expressa no surgimento e na consolidação das guerrilhas armadas. A luta armada começou a ser travada em 1953, com um grupo guerrilheiro pequeno e que se situava na “Sierra Maestra”. Mas, esta guerrilha, que se auto denominava “Exercito Rebelde” obteve grande apoio da população e em 1959 conseguiram tomar o poder cubano.

A principio o Exercito Rebelde não se declara um governo socialista, mas promove reformas de base e que são bem visto pela população, e esta passa a defender o governo de Fidel e Guevara. Mas, podemos pensar a Cuba de 2008 como uma Cuba socialista, como declarado a partir da Revolução Cubana?

Muitos não consideram em momento algum que Cuba teve um política socialista, sobre a situação atual podemos afirmar que não há socialismo em Cuba, o que há em uma política voltada pra o capital, Cuba faz parte da economia mundial, o capitalismo não esta sendo restaurado em Cuba e sim já foi restaurado em Cuba.

Desde a década de 70 que há concessões à política capitalista e suas leis de mercado, deixando de pautar a economia a partir de plano econômico central.

O governo cubano privatizou empresas estatais e estas exploram os recursos do país, a

maioria visa o petróleo e de outros minérios. Hoje a política que se deseja para Cuba é que ocorra com tranqüilidade a passada de poder de Fidel Castro para o seu sucessor, pois a política cubana esta na mesma sintonia que a política estadunidense. Sendo que até mesmo o governo estadunidense não pauta mais a redemocratização de Cuba e de que se tenha eleições diretas. Os interesses de Cuba já são os interesses do capital.

Com a Revolução Cubana, mais uma vez, vimos que é possível derrotar a burguesia e com um política socialista e que também é possível melhor as condições de vida dos trabalhadores em geral, como saúde, educação, gastos com alimentação e moradia, mas temos de nos ater ao que há de mais importante é que a revolução socialista não esta isolada e que essa revolução tem que ser permanente e se estender para outros países, não é uma política isolada pois essa visão só leva a restauração do capitalismo. A revolução deve ser continua e deve sempre dar um duro combate a burocratização, e Fidel a quase 50 anos no poder é uma mostra de que essa política não foi posta em pratica.

Cuba hoje...

Mais do que imagem de carros velhos e uma medicina desenvolvida, o país é bem mais complexo do que se supõe. Os rumos da revolução cubana levaram uma aproximação entre Cuba e a URSS devido às relações econômicas e os ideais socialistas. Aproximação esta, que viabilizou um auxílio financeiro por parte de soviéticos e cubanos, devido principalmente ao bloqueio dos americanos à ilha.

Com a decadência do leste europeu em 1991 juntamente com a dívida externa contraída em 1986, levou o país a uma preocupante crise interna; empobrecimento da população, falta de mercado externo para seus produtos em especial o açúcar. Visando que a produção cubana limita – se quase que exclusivamente à este último a exportação torna –se algo de extrema importância e ao mesmo tempo complicada em função do embargo.

Diante de tal situação o governo toma como medida uma pequena abertura econômica aos países capitalistas, sobretudo aos países europeus, através das *joint venture* : parceria entre o Estado e o capital privado.

Para não desestruturar o ideal de igualdade do regime castrista, essas empresas estrangeiras pagam ao mesmo em dólares e este os converte em pesos, isto para que todos os trabalhadores, tanto os estatais quanto os particulares recebam salários equivalentes. Outra medida foi a liberação de atividades complementares que posteriormente se tornariam mais rentáveis do que os trabalhos públicos. Passa - se então a incentivar estes últimos através de premiações como lâminas de barbear, desodorantes enfim. Surge também na década de 80 o chamado Mercado Livre Camponês, onde os agricultores poderiam vender seus excedentes em feiras livres e não somente ao Estado, que após um tempo devido a especulação e acúmulo de renda fora fechado.

Tais saídas permitiram que Cuba renegociasse sua dívida nos anos 90 e em 1996 fizesse um novo empréstimo, que destinou – se boa parte á investimentos no turismo da ilha.

Embora sofrendo as causas do embargo econômico, a escassez de produtos e a falta de energia, os cubanos mantêm um alto nível em fatores como educação e saúde. A figura de Fidel se destaca segundo muitos autores como um ícone do sentimento nacionalista baseado na preservação da memória da revolução. Mesmo com as contradições e especulações a respeito de Raul, o país conquistou uma imagem considerável que dificilmente esquecerá o sentimento revolucionário presente na formação e consolidação do governo pós 1959.

Cuba e o “Fim da História”

Há aproximadamente duas décadas o mundo sofreu um impasse político e econômico que mudou o rumo da História. Com a falência do chamado “Socialismo Real” e a queda do muro de Berlim, surge a tese conhecida como “Fim da História”, segundo a qual acabara de ocorrer exatamente isso: a vitória do capitalismo como sistema superior capaz de solucionar todos os problemas, o que levaria ao fim da luta de classes, e portanto, o fim da História. Foi amplamente criticada, em especial por pressupor o fim de todas as lutas e problemas, enquanto o mundo continua cheio deles, como o narcotráfico e o terrorismo, por exemplo. Curiosamente, seu autor, o sociólogo Francis Fukuyama, trabalhava em um departamento financiado pela CIA, Central de Inteligência Americana.

No meio desse contexto temos Cuba, uma das poucas “sobreviventes” do desmantelamento da URSS. A Reforma Agrária iniciada em 1959 levou à expropriação sem indenização de 200 mil hectares que a multinacional americana United Fruit Company possuía na ilha, como retaliação o Governo Americano decretou um embargo econômico sobre a ilha, que apenas se agravou nos mandatos dos próximos presidentes americanos (com a exceção de Clinton). Com isso, Cuba tornou-se dependente da ajuda da União Soviética, que passou a comprar uma cota fixa do açúcar boicotado pelos EUA, além de oferecer outros auxílios econômicos muito favoráveis à ilha.

Com o desmanche da URSS, Cuba se viu em uma situação difícil, pois acabara de perder seu único parceiro econômico, e agora se via sozinha para enfrentar o embargo econômico americano. Do dia para a noite perderam o mercado de açúcar, e começaram a faltar combustível, medicamentos, alimentos, entre outros. Muitos, dentre os quais a mídia e governos, especularam a queda de Fidel Castro e do “socialismo” em Cuba, porém ambos se mantiveram firmes, e apesar das dificuldades, conseguiram se adaptar e seguir em frente. Buscaram produzir internamente o que antes vinha de fora e havia sido cortado, e abriram alguns setores para o capital estrangeiro, como o turismo, petróleo e açúcar. E é importante lembrar que tudo era feito de modo a beneficiar primariamente o povo cubano: bom pra quem se associava, melhor ainda para Cuba.

Mais especificamente com relação à mídia, nota-se o empenho com que por tanto tempo trabalharam a imagem de Fidel e do “socialismo” cubano. Foram décadas de degradação e desconstrução da imagem de ambos, algumas vezes até comparando-o com o ditador chileno Augusto Pinochet, acusado do desaparecimento e assassinado de milhares de

vítimas. É válido lembrar que, enquanto a ditadura de Pinochet era um governo de extrema direita, lembrado por suas vítimas e seu terror, o governo esquerdista de Castro ficou conhecido por seu índice praticamente nulo de analfabetismo (0,02%), um dos melhores atendimentos médicos no mundo, saneamento básico em praticamente todas as residências (98%), taxa de mortalidade infantil baixíssima (6,2 para cada 1000) e um lugar no IDH entre os países de elevado desenvolvimento humano (50º em 2006). Até mesmo a CIA admite que os índices de criminalidade e tráfico de drogas na ilha são muito baixos.

É claro que governo nenhum é perfeito, e a liberdade sofreu consideravelmente com isso (e parte dessa culpa pertence aos EUA, e as várias tentativas de assassinato contra Fidel, admitidas pela CIA), porém convém refletirmos se não é um preço razoável a ser pago por todos os benefícios recebidos. Antes de condenarmos Fidel, seria bom que olhássemos à nossa volta e fizéssemos uma boa análise de nossa suposta “liberdade”: nosso “direito de escolher” quantas fechaduras e outros aparatos de segurança teremos nas portas de nossas casas e a que horas voltar para nossos lares antes que se torne perigoso andar pela rua; ou de um trabalhador pai de família decidir entre aluguel e comida, já que seu mísero salário não suporta ambos, ou pagar os dois e escolher em qual banco adquirir uma dívida sempre crescente, que no final das contas vai tirar tudo o que ele tem; a “liberdade” de passar fome enquanto alguns gastam somas exorbitantes de dinheiro para passar alguns dias em hotéis forrados a ouro; a “liberdade” de escolher ficar desempregado ou trabalhar num emprego sub-remunerado, e por aí vai...

Porém, ainda assim não cabe a nós ou a qualquer aparelho de (des)informação da mídia (não importa o quão donos da verdade eles acreditem ser) julgar ou condenar (ou matar antes da hora, como a Veja fez, numa marcante demonstração de jornalismo sério, equiparada apenas à sua matéria sobre a renúncia do mesmo) as ações de Fidel. Ele uma vez disse: “*A História me absolverá*”, mas estava enganado... Cabe ao povo cubano essa decisão, pois foram eles que se beneficiaram ou foram prejudicados com as decisões de Fidel, e, portanto apenas a eles pertence o direito de julgá-lo, para qualquer outra pessoa isso seria, no mínimo, presunção.

Relação Fidel e Mídia

Fidel Alejandro Castro Ruz, de 81 anos é líder cubano, desde que encabeçou a revolução juntamente com Che Guevara contra o governo do ditador Fulgêncio Batista em 1959. Conseguiu, com apoio popular, apesar de quase isolado internacionalmente principalmente depois do embargo econômico imposto pelos EUA em 1962, fazer o regime durar nesse ambiente adverso.

Um governante que promoveu a estatização de empresas, progredindo em áreas como a saúde e a educação para os cubanos, Fidel, é uma figura conhecida mundialmente por seus longos e apimentados discursos, principalmente em oposição declarada, aos EUA, que representa o antagonismo do regime. Fidel, nesses 49 anos sempre esteve na mídia. Muitas vezes visto com bons olhos, mas na maioria das vezes, como um ditador que conduz Cuba com mãos de ferro.

Em 24 de fevereiro de 2008, definitivamente o General anuncia sua saída do cargo que ocupou por 49 anos para toda mídia nacional e internacional. Desde 2006 estava afastado do poder devido a problemas de saúde dando lugar a seu irmão Raul Castro. O fato da renúncia de Fidel ganhou destaque na grande mídia mundial, trazendo tristeza para os que apoiavam o regime cubano, e alegria para os poderosos capitalistas que viam o grande pilar do regime cubano caindo e facilitando a expansão do capitalismo naquele país, visando já uma possibilidade de expansão de mercado, principalmente no setor hoteleiro e na produção de tabaco, destaques da economia cubana.

O fato da renúncia de Fidel alegrou seu maior inimigo político aquém tecia inúmeras críticas, o presidente norte americano Jorge W. Bush que afirmou logo após a renúncia "deve ser o começo da transição democrática em Cuba", passagem esta para a suposta democracia burguesa também apoiada pela união européia, que juntamente com os Estados Unidos comandam praticamente a informação que é transmitida ao mundo, manipulando e distorcendo-a, passando a imagem do regime cubano como assim desejassem e não a realidade da ilha e do modo de vida do povo cubano.

Isso nos faz questionar a democracia burguesa, defendida e disseminada pelos EUA e pela União Européia para Cuba através dos meios de comunicação que os apóiam, parecida com a imposição da mesma idéia em países como Haiti, Iraque e Afeganistão? "Democracia" que vem por meio de invasões imperialista, terror, exploração.

REFERÊNCIAS

HERNADEZ, Martin. Cuba: O que vira depois de Fidel? In *Marxismo vivo*, nº14 – ano 2006.

CASTRO, Jerônimo. O guevarismo e a Revolução Permanente. In *Marxismo vivo*, nº 14 – ano 2006.

40 ANOS DE MAIO DE 68

Mural Produzido em:
05/2008

Coordenação:
Aparecida Darc de Souza

Acadêmicos:
Alexandre R. Valcarenghi
Douglas Luis Wrasse
Fernando Chlad
Jéssica Aparecida Correa
Juliana Valentini
Karen Kraulich
Karen Renata Capelesso
Martha de Azevedo Piloto
Mauro Camargo Jr.
Rúbia Mara Tordiotto
Sandra Regina Ventura Popiolek

1968: ano da luta mundial contra-hegemônica

Aparecida Darc de Souza

O ano de 1968 marcou um evento histórico das lutas contra-hegemônicas, das lutas contra a ordem estabelecida no mundo contemporâneo. Neste mesmo ano, sem que houvesse qualquer planejamento, em todas as partes do mundo eclodiram movimentos de contestação protagonizados por todos aqueles que viviam sob a opressão, fosse ela cultural, racial, política, econômica, imperialista.

Na França a rebelião estudantil atingiu não apenas a política educacional do governo francês. Ao lado dos estudantes, mobilizaram-se também os trabalhadores por meio de greves, ocupações e fábricas lutando contra o modelo de exploração que obrigava os homens a trabalharem com máquinas.

No Brasil estudantes e trabalhadores lutavam contra o governo autoritário imposto pelos militares e seu compromisso com os interesses imperialistas.

No restante da América Latina – México, Argentina, El Salvador também foram deflagrados diversos movimentos de estudantes e operários.

Nos Estados Unidos, jovens e trabalhadores protestavam contra a Guerra dos EUA contra o Vietnã. Ao lado disso os movimentos pela ampliação dos direitos civis para a população negra atingia níveis violentos. Os grupos radicais como *Panteras Negras* ganharam grande adesão, principalmente após o assassinado do líder negro Martin Luter King.

No outro lado do mundo, em Tóquio, capital do Japão, estudantes lutaram contra a guerra promovida pelos EUA contra o Vietnã. Os estudantes realizaram uma marcha de 1200 Km protestando contra a escala de aviões norte-americanos a caminho do Vietnã.

A luta global que se realizou neste período trouxe para o centro do cenário político as massas exploradas e revelou sua capacidade de revolta e transformação. Esse é um significado do ano de 1968 que precisa ser lembrado, para que todos os acontecimentos que marcaram o final desta década sejam mais do que uma simples história do passado.

Mai de 68 na América Latina, os casos de México e Argentina

Alexandre R. Valcarenghi, Fernando Chlad

Na América Latina eclodiram revoltas como o Tlotelouco no México no mesmo ano do chamado “maio de 68” francês, o movimento mexicano começou com cerca de cinco mil estudantes secundaristas e universitários lutando por seus direitos, pedindo melhores condições para a educação, caminhando em direção a praça da Constituição, em 26 de julho de 68, onde o estado aciona o exercito para finalizar a manifestação, e usa da repressão e violência fazendo 200 prisões, 500 feridos e também se falou em oito mortos.

A partir daí, o que era somente um movimento de estudantes passa a se desenvolver e contar com a aderência de todas as classes da sociedade mexicana. Um mês após o início das manifestações, no dia 27 de agosto, o país já era palco de um movimento que arrastava pelas ruas 400 mil pessoas. Trabalhadores, estudantes, camponeses e a maioria da população, aproveitando o foco midiático que estava sendo dado ao México devido as Olimpíadas.

A repressão se intensificou no dia 18 de setembro, quando o governo autoriza a ocupação do Exército no campus da Unam (Universidade Autônoma do México) que era praticamente a sede das manifestações, espancando e prendendo inúmeros estudantes. Que não se calaram perante o ocorrido e intensificaram as manifestações, no dia 02 de outubro dez dias antes das Olimpíadas concentraram as manifestações com cerca de cinco mil estudantes, na *Plaza de las Tres Culturas* em Tlatelolco para uma manifestação pacífica, e ao por do sol, a policia e o exercito com carros blindados e tanques começa a disparar contra a multidão, atingindo manifestante e moradores da região, a matança entrou noite adentro, deixando um numero incerto de mortos, calcula-se de 300 a 500 pessoas assassinadas.

Na Argentina, mais precisamente em Córdoba, ocorreu uma revolta legitimamente popular, que uniu estudantes, trabalhadores e a população em geral na luta contra a ditadura de Juan Carlos Onganía, revolta essa que viria a ser conhecida como o *Cordobazo*. Desde 1966, ano do golpe, os estudantes se digladiavam contra o governo ditatorial, que interveio nas práticas democráticas dentro das Universidades públicas, além é claro da repressão, como na “*noche de los bastones largos*”, quando a Polícia Federal expulsou a golpes de cassetete professores e estudantes da Universidade de Buenos Aires. Mas os estudantes não desistiram, continuando a lutarem, assim como o governo, sendo que em um dos conflitos com a policia ocorre o assassinato do jovem Santiago Pampillón, estudante e trabalhador mecânico, que viria a se tornar símbolo da resistência estudantil.

Os trabalhadores, principal motor do *Cordobazo*, também estavam se organizando

contra o governo ditatorial, que desejava cercear seus direitos, assim como contra os grêmios e sindicatos “pelegos”, representados por Augusto Timoteo Vandor, que assumiam uma postura de colaboração com o regime. Através de uma Central de trabalhadores, a “*Confederación General del Trabajo de los Argentinos (CGTA)*”, os diversos sindicatos independentes se uniam na luta, assim como também se tornavam cada vez mais próximos do movimento estudantil. Com o clima de revolta espalhado em nível nacional, a Central dos trabalhadores conseguiu a aderência a uma greve geral de sindicatos de diversos posicionamentos políticos. Em Córdoba decidiu-se não apenas ampliar o período de greve, mas também realizar uma marcha, começando na fábrica da IKA-Renault e terminando na sede da *CGTA*, onde faziam um manifesto, auxiliado pelo secretário nacional da mesma, Raimundo Ongaro.

Na manhã do dia 29 de maio de 1969, os trabalhadores começaram sua marcha, encontrando o caminho principal bloqueado pela polícia, e decidindo então avançar pelos bairros, onde receberam auxílio da população na forma de paus, panelas e outros objetos que poderiam ser usados no enfrentamento com a polícia, e, em outras partes da cidade, trabalhadores e estudantes também se preparavam para marchar até a *CGTA*.

O assassinato do trabalhador Máximo Mena, nos confrontos com a polícia, levou os manifestantes a um estado de fúria, transformando a passeata em uma verdadeira revolta, e a polícia se viu incapaz de segura-los. Apesar da fúria, quando o incêndio causado nas oficinas de uma corporação ameaçaram se estender até outros prédios, os manifestantes acudiram os bombeiros, apagando o incêndio com um caminhão que a polícia utilizava para lançar água com corante sobre os manifestantes, após isso destruindo o veículo. A rebelião se estendeu noite adentro, e polícia, incapaz de conter a situação, deu lugar ao exercito, que derrubou o último reduto de resistência por volta das seis da tarde do dia 30, havendo um calculo impreciso que vai de 60 a 80 mortos, numerosos feridos e prisioneiros.

Apesar de tudo, a revolta mostrou seus resultados, ocorrendo uma profunda crise política que viria a demonstrar a fragilidade do regime, levando menos de um ano para a renúncia de Onganía, porém a Argentina só veria novamente a democracia em 1973. O mais importante, no entanto, foi o caráter popular da revolta, que uniu diversos setores da sociedade, na luta contra a repressão e a ditadura.

A revolta estudantil de maio de 68

Juliana Valentini e Douglas Luis Wrasse

A contestação e a revolta invocam a experimentação de uma nova forma de luta: O poder de dizer não.

Foi a partir dessa experiência que a juventude na década de 1960 provocou profundas transformações. Estudantes franceses com espírito de rebeldia questionavam todo o sistema vigente, o modo de vida burguês, as normas de comportamento estabelecidas pela sociedade, o governo e o sistema capitalista. Foi o despertar de consciência de uma geração que não aceita o mundo que lhe é legado, e que esta ciente do seu papel de sujeito na sociedade.

Insatisfeitos e movidos pela vontade de transformar a suas próprias vidas os estudantes defendiam a ampliação da estrutura da universidade, que nos anos 60 já não eram suficiente para atender a crescente demanda de jovens pelo direito a cursar o ensino superior. Defendiam também as mudanças nas características na vida acadêmica, reivindicando maiores liberdades públicas e individuais.

No Brasil os movimentos estudantis ficaram conhecidos por suas idéias e ações, que ousavam criticar o regime autoritário instalados pelos militares desde o golpe de 64.

Em março de 68 após o assassinato de um estudante durante uma manifestação eclodiu uma grande revolta no Rio de Janeiro. Durante alguns dias a cidade virou um campo de batalha entre manifestantes e policiais. Entretanto o aumento da repressão violenta ganhou um efeito inesperado. A agitação estudantil alastrou-se pelo Brasil, com manifestações nas principais grandes capitais do país. Durante o trigésimo congresso da UNE muitos líderes estudantis foram presos, as passeatas e as mobilizações públicas começaram a refluir devido às prisões dos jovens que se tornavam cada vez mais constantes. A ação violenta Estado empurrou para a clandestinidade a oposição política feita pelo movimento estudantil ao governo autoritário imposto pelos militares a partir de 1964.

Nós estudantes, temos muito que aprender com aquela geração, pois ainda temos muito pelo que lutar. É preciso lutar nas universidades pela garantia de uma eleição democrática para reitores. É preciso lutar contra as incansáveis políticas que buscam privatizar o ensino público, representadas atualmente pelo Reuni e Prouni. É preciso lutar pelo direito ao trabalho, pois na atualidade a juventude pobre, principalmente aquela com formação universitária é a que mais sofre com o desemprego. É certo, porém que nossas dificuldades de mobilização são outras, pois na década de 1960 a UNE era um instrumento de organização dos estudantes, hoje ela mais se parece com órgão do Estado que apóia as

políticas de reforma universitária. Mesmo assim, os estudantes começaram nos últimos anos a formar uma nova forma de organização política do movimento desvinculada da tutela do Estado. Por meio da CONLUTE os estudantes têm procurado manter acesso o espírito da experiência vivida de 1968, ou seja, o espírito da luta contra ordem estabelecida.

O 68 no Brasil: A luta dos operários

Jéssica Correa, Karen Capelesso, Martha Piloto

O ano de 1968 foi o um ano de ascensão dos movimentos sociais, estudantis e operários por todo o mundo. No Brasil não poderia ser diferente, em São Paulo temos exemplos claros da situação que a classe operária estava passando num contexto de ditadura militar.

Com o salário mínimo valendo apenas 43% do correspondente ao ano de 1957, os trabalhadores se encontravam submetidos a uma condição de extrema pobreza e opressão. Não era mais possível, para estes trabalhadores, permanecerem calados. Uma das demonstrações públicas da força do movimento foi a manifestação realizada na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 1º de maio do ano de 1968. Exatamente no “dia dos trabalhadores” em uma ação articulada através dos sindicatos, os trabalhadores conseguiram “driblar” o primeiro de maio festivo planejado pelas elites. Transformaram a comemoração organizada pelo governo em um grande protesto, reunindo mais de 20.0000 trabalhadores para clamar por melhores condições de vida e trabalho.

As lutas dos operários de 1968 tinham como objetivo principal a conquista da liberdade sindical. Pois desde a criação da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) durante o governo de Getúlio Vargas só estavam autorizados a representar suas categorias os sindicatos vinculados ao Estado. Além da liberdade sindical, o movimento operário reivindicou a revogação da política de arrocho salarial do governo militar.

Mesmo com algumas dificuldades de mobilização, os operários de uma fábrica em Osasco iniciaram uma greve em 16 de julho arrastando-a para as outras cidades onde se encontravam mais fábricas, conseguindo reunir na mobilização mais de 5 mil operários. Porém, no segundo dia de greve, esses operários foram barrados pela repressão militar, muitos líderes sindicais foram presos e os que conseguiram escapar tiveram que cair na clandestinidade.

É preciso lembrar que o Estado em 68 era caracterizado pela repressão aos movimentos sociais, utilizando de intensa violência no intuito de desarticular qualquer mobilização social como a greve operária, por exemplo.

Mesmo assim com toda a repressão, a greve prosseguiu por mais duas semanas, com seus líderes presos, quem tomou a frente das negociações foram alguns padres e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Com a greve, os operários conseguiram um aumento nos

seus salários de 23%, indenizações aos operários que haviam sido despedidos por causa da mobilização e promessa de que não seria mais despedido nenhum trabalhador grevista.

Pode-se dizer que esta insurreição fora muito localizada e não teve articulação com outras categorias populares, como os estudantes, o que impediu um desdobramento maior desse protesto operário. Porém, não podemos deixar de ressaltar a capacidade de organização para esse levante que deixou seu marco na história brasileira e que até hoje, é motivo de inspiração para a luta dos trabalhadores e experiência para os trabalhadores e movimentos sociais atuais, podendo apreender que a maior força é a força conjunta com todas as categorias que estejam dispostas a lutar e obter vitórias maiores para a toda a classe operária.

Maio de 68 e mídia

Mauro Camargo Júnior e Sandra Popiolek

A discussão acerca de maio de 68 na mídia não é muito constante. Nesse último mês de maio um dos poucos meios de comunicação impressa que relembrou esse fato histórico foi a *Folha de São Paulo*. No *Caderno Mais*, uma série de textos com opiniões de alguns músicos e intelectuais de várias áreas abordaram vários aspectos do movimento como arte, filosofia, cinema e política.

Nestes artigos do *Caderno Mais*, pode-se perceber um derrotismo por parte dos columnistas. Em coro seus artigos realçam a idéia de *maio de 1968* é um evento do passado negando qualquer relação entre as lutas sociais desenvolvidas no presente os horizontes abertos pelas manifestações realizadas no final da década de 1960.

Essa negação sugere que hoje não há possibilidade de mudança social e, deste ponto de vista, enfraquece a memória do movimento e as lutas que este evoca. A repercussão e a representatividade da memória do movimento também têm sido descaracterizadas por parte do governo francês. Nicolas Sarkozy, atual presidente da França, apresentando-se como um ex-participante deste movimento, declarou 1968 não deixou qualquer vestígio de herança no presente. Outro exemplo disso é a entrevista com Cohn-Bendit, um dos líderes do movimento de maio de 68 e que hoje é um dos Deputados do Parlamento Europeu publicada na última página do *Caderno Mais*. Na entrevista ele enfatiza a questão de que o movimento foi uma mobilização não planejada e que o momento foi propício para isso, e que hoje ele percebe uma acomodação da juventude que não pensa em mudar sua realidade e apenas em conseguir um bom emprego, uma boa casa e constituir família. Evidencia ainda que os momentos são únicos e por isso maio de 68 não deve ser visto como modelo.

Este é o tipo de lembrança esta que tem se construída pela grande imprensa. O objetivo é falar do movimento é passado e que nenhuma relação guarda com o presente. É inegável, porém que as conquistas dessa geração repercutem até hoje. Os movimentos desencadeados em 1968 tiveram força política de mobilização capaz de modificar desde aspectos cotidianos da vida de estudantes até provocar a queda de governos ditatoriais como foi o caso de Charles de Gaulle, na França. Estas conquistas são nossa herança e sua força transformadora nossa maior inspiração.

Cinzas de Maio

Rúbia Mara Tordiotto, Karen Kraulich

O espírito de 68 não foi motivado por crises econômicas capitalistas, mesmo porque na época o capitalismo estava em seu auge. Nem resumia-se a revoltas contra o governo e rebeliões nas ruas. Ao espírito de 69 correspondiam os ideais de esperanças utópicas, sonhos de liberdade, enfim, interesses mais concretos do que simplesmente a imagem de jovens reivindicando coisas sem nexos, como muitos devem acreditar.

Destes movimentos tornaram-se comuns novos métodos de ação política que não se restringia somente aos partidos, mas também envolviam as massas. Todas as formas de dominação eram contestadas fosse na vida cotidiana, fossem nas escolas, na política ou qualquer outro meio que levasse as pessoas a uma forma de submissão dos interesses individualistas aos interesses do Estado.

Hoje, muitos daqueles jovens revolucionários tornaram-se conformistas com a situação imposta pela sociedade do capital. A imagem destes jovens questionadores como adultos conformados leva muitos a pensar que não há meios de mudar o sistema, que não há esperança.

Porém o mais importante a ser lembrado daquela década é o espírito juvenil da luta por algo em que se acredita da possibilidade de sonhar e lutar pelo impossível e imponderável. Não se trata de reviver o passado, retomar os sonhos daquela geração, pois a história não volta atrás, ela não se repete. Hoje somos outros e certamente nossos problemas não são os mesmos que foram vividos na década de 1960. Trata-se na verdade de compreender que as mudanças relacionadas às novas formas de ação política democráticas e coletivas, o espírito crítico a ordem estabelecida formam a maior herança de maio de 1968.

REFERÊNCIAS

- LOPEZ, Luis R. “1968: ou como a política invadiu a cultura”. In HOLZAMAN, L e PADRÓS, E. 1968: contestação e utopia. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003, p.91-100.
- SOUZA, Susana Bleil. “América Latina: insurreição, resistência e repressão: o México rebelde e o Uruguai da transição.” In HOLZAMAN, L e PADRÓS, E. 1968: contestação e utopia. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003, p.67-79.
- BLANCO, F. “1969: El Cordobazo argentino”. In HOLZAMAN, L e PADRÓS, E. 1968: contestação e utopia. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003, p.80- 90.
- MAESTRI, M. “Brasil, 1968: o assalto às nuvens” In PONGE, Robert. 1968 o ano das muitas primaveras. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2003, p.83-92.
- PESAVENTO, S. Brasil: a cultura da resistência. In HOLZAMAN, L e PADRÓS, E. 1968: contestação e utopia. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003, p.27-33.
- MOREIRA, Marcio Alves. 68 mudou o mundo: explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993. Capítulo V, p.71-83.
- CRUZ, Diego. 1o de maio de luta em São Paulo relembra 1968. www.pstu.org.br/movimento
- BERGER, Cristina. “1968: quando a direita bateu continência e a esquerda radicalizou – tudo sob os holofotes da imprensa”. In PONGE, Robert. 1968 o ano das muitas primaveras. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2003, p.93-102.
- BERGER, Cristina. “Imprensa, poder e contestação: ontem e hoje.” In HOLZAMAN, L e PADRÓS, E. 1968: contestação e utopia. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003, p.53-66.
- Caderno + Mais. Maio Despedaçado. Jornal Folha de São Paulo, domingo, 4/5/2008.
- RIBEIRO, Luiz D.T. “1968 no mundo”. In PONGE, Robert. 1968 o ano das muitas primaveras. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2003, p.19-30.
- PONGE, R. “Maio de 1968: um mês que abalou a França.” In PONGE, Robert. 1968 o ano das muitas primaveras. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2003, p.31-39.
- LOWY, M. O romantismo revolucionário de maio de 68. Textos retirado da Revista Espaço Acadêmico Lik:http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_lowyp.html
- Virgínia Fontes. Sempre maio: de 1968 a 1998. Texto retirado do link <http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0012.html>
- Oswaldo Coggiola, Artigo 1968: O ano revolucionário. Extraído em 06 de Junho <http://www.conlutas.org.br>.

CORRUPÇÃO

Mural Produzido em:
07/2008

Coordenação:
Alessandra Gasparotto

Acadêmicos:
Douglas Luis Wrasse
Fernando Chlad
Gustavo Soares de Lima
Jéssica Correa
Juliana Valentini
Karen Kraulich
Karen Renata Capelesso
Mauro Camargo Jr.
Rúbia Mara Tordiotto
Sandra Regina Ventura Popiolek
Suzane Pantolfi Tostes

Corrupção!

Alessandra Gaspartto

Quantas vezes você ouviu essa palavra nos últimos dias? Desde escândalos envolvendo políticos, funcionários públicos e grandes empresas até as “pequenas” corrupções do cotidiano, o tema parece estar sempre na pauta do dia. Está com você na conversa do bar, nas páginas do jornal, na sala de jantar. Aqui em Marechal Rondon, por exemplo, descobrimos recentemente que ela estava bem ali, diante dos nossos olhos, nas irregularidades do CIRETRAN... Difícil acreditar, né?

Por vezes, ficamos estupefatos diante do tudo isso... Como compreender tantos casos de desvios, de mau uso da coisa pública, de troca de favores, de tráfico de influência, de propinas, de nepotismos??? São tantas denúncias que ficamos com a impressão de que nunca vimos tantos escândalos quanto agora! Parece algo tão comum na nossa realidade, que passa a ser considerado natural, inseparável da nossa condição de brasileiros. Será um mal que carregamos no gene? Será que deus não é brasileiro, e o diabo é que anda por essas bandas?

Não é tão simples assim... A corrupção não pode ser entendida apenas no aqui e agora. Não é algo novo na história do Brasil, nem exclusividade de um governo ou partido. Tampouco é prática que só acontece em terras brasileiras.

Compreender tais práticas requer pensá-las enquanto parte de um determinado sistema. Através delas, dinheiro se converte em cotas de poder no aparato estatal e estas se convertem em dinheiro. A corrupção é um dos principais mecanismos utilizados para manter a lealdade de determinadas forças políticas aos interesses do capital. Sem corruptores, não existiriam corruptos. Ela torna possível que determinados projetos sejam aprovados, enquanto alternativas políticas de mudanças sejam barradas e enfraquecidas.

Há saída? Achamos que sim... Mas ela passa por uma mudança de atitude por parte da sociedade. Não basta apenas aquela indignação momentânea, que surge contra determinados nomes em determinados momentos, quando o escândalo está fresquinho nas páginas dos jornais; faz-se necessário um debate social que busque entender as raízes mais profundas de tais práticas sociais e a forma de combatê-las. Não é tarefa fácil... Mesmo dentro das Universidades, são poucos os estudos que se dedicam a entender e pensar sobre tal tema... Muitos grupos e movimentos sociais, no entanto, tem denunciado sistematicamente não só os casos do momento, mas os espaços e as relações de poder que tornam possível que estas práticas continuem se repetindo ininterruptamente.

Este mural surgiu então como um desafio! Buscamos apresentar algumas reflexões

sobre a corrupção, discutindo questões como o “jeitinho” brasileiro, as inúmeras CPIs realizadas no país (e que geralmente dão em nada - ou pizza), a forma como a mídia trata tal problemática, a corrupção internacional, aquela envolvendo políticos e agentes do governo, e a memória social que se constrói acerca de tais atos e seus agentes. Mas repassamos o desafio para cada um de vocês... Como diz a música: “É preciso estar atento e forte!” Transformar tais práticas requer debate, reflexão e ação.

CPI, o que é isso?

Karen Kraulich

Sobre o surgimento da Comissão Parlamentar de Inquérito, existem divergências relacionadas a datas; há quem diga que teria surgido na Inglaterra no século XIV, ou então somente no século XVIII.

Contudo, a afirmação da CPI como comissão seleta aparece somente após a Revolução Gloriosa em 1688, sendo que antes disso as investigações a respeito de desvios de verbas e irregularidades cabiam a casa parlamentar, que se transformava em comissões para apurar e punir ilegalidades.

No Brasil, a primeira Constituição a consagrar a CPI foi a de 1934, porém somente na de 1988 é que esta comissão foi definida como a conhecemos nos dias atuais. A CPI tem caráter investigativo; ou seja, cabe a alguns membros da Câmara de Deputados e do Senado Federal apurarem fatos e evidências com prazo determinado, levando as conclusões ao Ministério Público para que este tome as medidas cabíveis para punir os infratores.

Diante de tais informações, pode se ver a CPI como meio de fazer com que pessoas corruptas respondam por seus atos. Contudo pergunta-se: Por que isto não funciona no Brasil?

Sejamos sensatos, para uma Comissão de Inquéritos ser criada, é necessário o requerimento de um terço dos parlamentares, algo que dificilmente ocorre, pois acordos internos e jogos políticos barram muitas acusações e o aparecimento da verdade.

O clamor do povo seria uma arma forte para fazer funcionar tais inquéritos, porém, como estes não contam com o voto direto da população, mas sim dos seus representantes, qualquer questionamento popular é facilmente desviado e ignorado.

Na situação política em que se encontra nosso país, deputados e senadores jamais denunciarão seus parceiros políticos, nem desvios e irregularidades que lhes convêm; afinal, a impunidade tornou-se um atrativo bem interessante para o avanço da corrupção no Brasil.

Enfim, se pararmos de eleger políticos envolvidos em escândalos públicos talvez com o tempo as CPI não terminem mais em “pizza”. Segundo o professor da USP, Sérgio Resende de Barros, é o povo quem elege os “pizzaiolos” e depois ficam frustrados ao verem a impunidade prevalecendo em inquéritos, ao invés de escolherem melhor seus representantes para que estes não tenham novamente poder para manipularem e tomarem para si algo que por direito, é nosso.

Memória curta?

Mauro Camargo, Suzane Tostes

A frase que cada vez mais ganha espaço em muitos debates sobre política é: “Brasileiro tem memória curta”. O exemplo que confirma a frase dita acima é o resultado da última eleição, onde políticos como Paulo Maluf, Roberto Jefferson e Fernando Collor, que tiveram envolvidos em vários escândalos de corrupção foram reeleitos.

Muitas das pessoas que estiveram envolvidas em escândalos políticos, acabaram sendo escolhidas como símbolo destes roubos. Ou seja, determinados esquemas de corrupção são personificados em algumas figuras, escolhidas entre tantos outros envolvidos. Os políticos vendem seus votos, desviam verba, mas essas ações beneficiam quem? Essa relação é bem menos explorada.

Ocorre ainda hoje uma descrença total nos valores éticos ligados a política, é difícil acreditar que existam políticos honestos, dignos de confiança e comprometidos em melhorar as condições sócio-econômicas em nosso país. Slogans como: “Rouba, mas, faz”, não são apenas piada e sim partes de discursos sobre nossos políticos, que ganham espaço nos debates e conversas entre os eleitores brasileiros.

Como entender o fato desses criminosos serem reeleitos? Renato Ribeiro em seu livro *A Sociedade contra o Social*, explana que existem sempre grandes jogadas de publicidade que transformam o termo público para além do inverso de privado, em um sentido de público no sentido teatral.

Ou seja, os meios de comunicação são utilizados pelos políticos corruptos com a intenção de maquiarem, disfarçarem suas trajetórias políticas para os eleitores. Nesse processo, o termo público é utilizado no sentido teatral pelos políticos, haja vista que os eleitores são o público ao qual deve-se passar uma imagem positiva dos políticos, para assim conseguirem votos.

Os casos de escândalos políticos por causa de corrupção ganham espaço e destaque temporário na mídia, mas depois de um tempo caem no esquecimento, e os acusados muitas vezes saem impunes; isso nos faz questionar a função da Justiça. Afinal o Judiciário é feito pra punir quem e o que?

Crimes menores são punidos com rigor e violência e os crimes de colarinho branco muitas vezes são colocados “por baixo dos panos”; nessa reflexão sobre uma situação teatral pode-se pensar que esses atores se distinguem do público, estão em um nível mais alto. Porém alguns escândalos de corrupção voltam temporariamente à mídia em época de eleições,

utilizados como jogo político entre partidos políticos divergentes e mostrando os envolvidos nesses escândalos em um patamar mais baixo.

Atualmente existe uma campanha que está ganhando destaque na mídia, contra a candidatura de políticos com processos mal resolvidos pela Justiça. O objetivo da propaganda é conscientizar os eleitores sobre a importância de seu voto. A campanha está sendo apoiada por diferentes instituições, isso deve-se ao fato de dar mais credibilidade ao processo eleitoral. A campanha, porém, não exige a prisão dos políticos acusados pelos desvios e sim que a população se encaminhe de punir esses políticos não os elegendos.

Nós precisamos fazer um esforço para não deixar que escândalos como os do *mensalão*, *Sivam*, *Banestado*, e muitos outros não caiam no esquecimento e na impunidade. Quando esses políticos corruptos saem ilesos os prejudicados somos nós, é o nosso dinheiro que some, dinheiro dos nossos impostos que são para escolas; além do valor monetário são também nossos valores éticos que são saqueados.

A Corrupção e a Mídia

Fernando Chlad

A mídia é encarada de diversas formas em nossa sociedade. Para alguns, ela é como uma grande vigilante, espreitando a tudo com olhos de rapina e expondo a sujeira onde quer que a encontre. Para outros, ela é uma grande oportunista, sempre pronta para lucrar com as desgraças do mundo. Também há aqueles que a vêem como uma grande manipuladora, direcionando e controlando a opinião de seus leitores, espectadores etc, de acordo com o interesse em jogo. Os adeptos desta última visão geralmente também aderem à segunda, visto que para eles a mídia está mais “do lado negro da Força” do que qualquer outra coisa...

De fato, seria realmente um dos papéis da mídia ficar de olho em nossos representantes, e grasnar aos quatro ventos se algum saísse da linha. O problema é que, assim como para todos nós, cumprir papéis ou deveres é basicamente opcional, e, novamente, assim como (quase) todos nós, a maior parte das vezes ela resolve chutar o balde.

Quanto ao oportunismo, bom, sejamos sinceros: é principalmente de desgraças que a imprensa vive. Além do gosto especial do ser humano pela danação alheia, os acontecimentos bons o suficiente para chamar a atenção no mesmo nível ocorrem com uma frequência muito menor, tornando-se necessário que se aproveitem dos acontecimentos ruins para que ocorra uma vendagem satisfatória.

Com relação à manipulação, a culpa é principalmente nossa, afinal, se pensássemos mais por conta própria, analisando mais criticamente aquilo que os outros nos dizem, não teríamos muitos problemas com as tentativas da mídia (entre outros) de controlar nossa opinião. É claro que isso não a exime de modo algum da responsabilidade, pois já seria muito melhor se ela tentasse não fazer isso tão avidamente quanto faz. É claro que de qualquer maneira haveria uma influência, porém em um nível natural, já que, ao contrário do que afirmam tão veementemente os jornalistas de plantão, não existe imparcialidade (e, por sinal, eles são o maior exemplo disso), e toda vez que expomos nossa opinião ou posição, estamos possivelmente influenciando alguém.

Mas o problema principal não está no complexo de vigia ou no fato de ela viver da desgraça alheia, mas sim nas mentiras e ocultações, o que nos leva de volta ao campo da manipulação. A maior parte dos meios de comunicação tem uma posição política assumida, e transformam isso na base de seu trabalho, no lugar de tentar chegar o mais perto possível da inalcançável verdade. Pode-se ver diferentes veículos de informação mostrando diferentes culpados pela mesma sujeira, todos com embasamento, porém guiados por sua posição

política. Pouco importa que todos (ou sequer os verdadeiros) culpados paguem, o que conta é que a oposição se dê mal. Basta comparar a postura atual da mídia com a de alguns anos atrás, durante o governo FHC, por exemplo. Enquanto ultimamente estouram escândalos e mais escândalos sobre a corrupção do atual governo, durante o mandato do antigo presidente, pouco ou nada foi dito pela mesma sobre as maracutaias envolvendo a privatização da Vale do Rio Doce. Não obstante, estamos cansados de ver tudo abafado depois, geralmente na forma de outra notícia tomando a atenção do público. São raríssimos aqueles meios de comunicação que realmente assumem o compromisso de apontar todos os culpados, e mesmo isso é porque estão interessados em ver todo mundo na fogueira.

Mais raros ainda são aqueles que chegam ao cerne da questão e mostram que o problema não está só nas pessoas, mas também no sistema, que permite (para não dizer encoraja) tais atos. A maior parte assume uma postura de amputar um membro para tentar salvar o corpo, ou seja, tiram-se os políticos e partidos visivelmente corruptos, com a intenção de manter o sistema intacto, mas ignora-se o fato de que este, assim como o corpo, já está podre por dentro, e que deveriam na verdade estar encomendando o caixão.

No entanto, ela precisa desse sistema apodrecido para sobreviver, pois é da corrupção, sujeira e desgraça proporcionadas por ele que ela se alimenta principalmente, e não apenas isso; as montanhas de lixo também são seu *playground* favorito, e o campo de guerra entre os grandes veículos de (des)informação de diferentes tendências e partidos. E é desse modo que seus interesses são atendidos, e é por isso que fazem todo o possível para que permaneça assim.

É claro que não podemos generalizar e ver a mídia como um grande polvo, cujos diferentes veículos de informação são como tentáculos, separados, porém praticamente iguais, feitos da mesma substância e pertencentes à mesma (nesse específico caso, vil) criatura. Existem muitos meios de comunicação que realmente se empenham na tarefa de passar a informação do melhor modo possível (ao menos na visão deles) para a população, ou em combater esse tipo de atitude mesquinha quase onipresente entre a grande mídia, mas infelizmente, eles não apenas são minoria como também não pertencem ao “grande escalão” da imprensa. Este sim é quase como um Cthullu lovecraftiano, mas cujos tentáculos passam a maior parte do tempo brigando entre si por supremacia; porém, no final trabalhando juntos, movidos por um interesse muito maior, cujos resultados tem como maiores vítimas nós mesmos.

Corrupção Internacional

Gustavo Soares de Lima

Em reportagem da *BBC*, o jornalista Caio Blinder lembra que “Em Nova York, é a Wall Street. Em Washington, é a K Street, a rua por onde trafegam os lobistas.”. Ele se refere a um caso de corrupção que poderia estar envolvendo mais de 300 congressistas estadunidenses. No momento à que se refere o texto, o das eleições de 2006, a *BBC* lembra que “o comitê de reeleição de Bush anunciou que está doando para a caridade 6 mil dólares que recebeu do superlobista na campanha”. Vale lembrar que a primeira eleição de George Bush já foi envolta em acusações de corrupção. A partir de alguns elementos como estes, fica evidente que a corrupção atinge publicamente instituições caracterizadas em parte pela sociedade como “solidificadas”. Quantas vezes já escutamos que o governo e a política norte-americana são um exemplo para todo o mundo? Mas o que dizem os organismos internacionais, os quais o próprio governo estadunidense compõe?

Segundo o Banco Mundial, nos países onde a corrupção é mais acentuada há uma queda de investimentos, diminuindo drasticamente a arrecadação destas nações. A ONU chegou a realizar uma “Convenção contra a Corrupção”, que no preâmbulo afirma estarem “preocupados pela gravidade dos problemas e as ameaças, que estabelecem a corrupção, para a estabilidade e segurança das sociedades, ao socavar as instituições e os valores da democracia, da ética e da justiça e ao comprometer o desenvolvimento sustentável e o império da lei”.

É comum ouvirmos que o Brasil é um país onde a corrupção é expoente. Mas será que outros países estão ilesos à escândalos que envolvem políticos e empresários no mal trato do dinheiro e da coisa pública? *Ask Why?* Ou seja, por quê?

O caso Enron

Alex Gibney trouxe na forma do documentário *Enron – Os Mais espertos da sala*, uma amostra de como empresas podem, a partir de manipulações contábeis e esquemas envolvendo grandes políticos, usar a estrutura do Estado em benefício próprio.

A Enron foi uma empresa texana criada nos anos 80, que utilizando mais tarde o slogan “Ask Why?”, ou seja, “por quê?”, falsificou projeções financeiras com pretensas tecnologias que nunca existiram. Além disto, a proximidade da empresa Enron com políticos como George Bush, facilitou a contratação de seus serviços pelo governo, como no mentiroso

blecaute na Califórnia em 2001. A empresa, que teve ações entre as mais valorizadas da bolsa norte-americana, faliu deixando centenas de trabalhadores na rua, enquanto os seus “mais espertos da sala”, em boa parte saíram em grande estilo, pois enquanto criavam um valor irreal para as ações da empresa, eles mesmos vendiam as suas, por milhões e milhões de dólares.

Corrupção e economia

Em reportagem do *The New York Times* de 21/07/08, Peter S. Goodman lembrou que os norte-americanos estão tomando mais empréstimos do que podem pagar, e colocando assim suas hipotecas em jogo. Como o próprio jornalista diz, “Agora está chegando o dia da prestação de contas”. A questão a que se refere o jornal trata das hipotecas imobiliárias, chamadas também de “subprimes”. Ai está outra relação entre economia e política que já aponta icebergs de corrupção. Um deles, e publicamente escancarado, é o auxílio do governo a bancos que teoricamente “precisam de dinheiro”, mas que por outro lado gastam, como o próprio jornal reconhece, “oceanos”. Segundo o jornalista “Onde os bancos vão captar as gigantescas somas necessárias para repor o capital que eles aparentemente perderam? E o que acontecerá se não conseguirem?”. A resposta é mostrada pela mídia quase que diariamente quando ouvimos falar em “recessão”. Colada à questão, está a alta dos alimentos e as inflações. E o que quer dizer tudo isso? Quer dizer que para salvar empresas, o Estado injeta financeiramente a sua ajuda, mas não para tabelar os preços dos alimentos ou ajudar a população pagando seus empréstimos, mas sim para dar dinheiro a este sistema privado, em seu “salvamento”.

Tudo isto não é novidade. O governo sair em defesa de grandes corporações e do mercado é uma das orientações do Consenso de Washington; o mesmo Estado que não deve interferir em questões da liberalização econômica. Segundo o lingüista Noam Chomsky, no livro *O lucro ou as pessoas?*:

“O Consenso [neoliberal] de Washington é um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas (...). Os “grandes arquitetos” do Consenso [neoliberal] de Washington são os senhores da economia privada, em geral empresas gigantescas que controlam a maior parte da economia internacional e tem meios de ditar a formulação de políticas e a estruturação do pensamento e da opinião. Os Estados Unidos tem um papel especial nesse sistema.”

Abrimos pois esta discussão, refletindo sobre a idéia de que a corrupção está também intimamente ligada às questões da relação entre Estado e Mercado, principalmente quando o primeiro está submetido ao segundo; ou seja, dentro das regras do lucro. Não somente no Brasil a corrupção atinge graus elevados com membros do PT e com seus “valeriodutos”, mas também nos EUA na relação entre George Bush e empresas financiadoras da sua campanha, como no caso da Enron.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Sérgio Resende de. A CPI como instrumento de apuração da corrupção. Disponível em: <http://www.raul.pro.br/artigos/cpi.htm>
- BEZERRA, Marcos Otávio. Bases sociais da prática da corrupção no Brasil. Brasília, 1994.
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora da UNB, 2004. Verbetes Corrupção.
- CARVALHO, José Murilo. Entrevista à Revista Época, 03 de março de 2008. p. 150-151.
- DA MATTA, Roberto. O modo de navegação social: a malandragem e o “jeitinho”. IN: O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2001.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Da natureza corrupta do capitalismo e de suas formas práticas. IN: Política brasileira: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006. p. 49 – 52.
- MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. Opinião Pública, vol. 13, n. 1, Campinas, junho de 2007.
- CHOMSKY, N. O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- Reportagem “Escândalo de corrupção cresce nos EUA e preocupa republicanos” (BBC, 04/01/2006), Nova York), retirada do site da BBC em 15/07/2008. Link: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/01/060104_lobbyeuaanalisecb.shtml>
- Informações retiradas da reportagem “Corrupção produz pobreza: estudos mostram que maracutaias devastador sobre o desenvolvimento” de Eduardo Salgado. (VEJA, 27/11/02) em 15/07/2008. Link: <http://veja.abril.uol.com.br/idade/exclusivo/271102/p_054.html>
- Convenção da ONU Contra a Corrupção. Laboratório do Tempo Presente da UFRJ. Retirado do site 15/07/2008. Link: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=818&Itemid=82>
- Informações retiradas da reportagem “Corrupção produz pobreza: estudos mostram que maracutaias devastador sobre o desenvolvimento” de Eduardo Salgado. (VEJA, 27/11/02) em 15/07/2008. Link: <http://veja.abril.uol.com.br/idade/exclusivo/271102/p_054.html>
- Reportagem “Escândalo de corrupção cresce nos EUA e preocupa republicanos” (BBC, 04/01/2006), Nova York), retirada do site da BBC em 15/07/2008. Link <<http://www.bbc.co.uk>>

FOME!

Mural Produzido em:
09/2008

Coordenação:
Maria José Castelano

Acadêmicos:
Gustavo Soares de Lima
Juliana Valentini
Karen Kraulich
Karen Renata Capelesso
Rúbia Mara Tordiotto
Sandra Regina Ventura Popiolek

A Fome no mundo: A nova fonte de lucro do capital financeiro

Maria José Castelano

Várias razões são apontadas para justificar a crise alimentar recente. Não há neutralidade neste debate. Segundo Jorge Romano, “em função de seus interesses e concepções, diversos atores têm destacado alguns fatores ou diluído as suas responsabilidades no conjunto deles”. Dentre os fatores apontados estão o crescimento do consumo de grãos e a carne, fatores de ordem ambiental devido ao aumento da produção de alimentos e financeiro, como o enfraquecimento do dólar, moeda usada para a cotação das commodities agrícolas nos principais mercados do mundo. No entanto, uma das principais causas da crise alimentar recente permanece oculta na grande imprensa.

Vários acadêmicos, militantes de movimentos sociais e organizações não governamentais afirmam que a atual escalada de preços dos alimentos é resultado em grande parte de manipulação dos mercados. Em outras palavras, o aumento dos preços dos alimentos é gerado, sobretudo, pela especulação do capital financeiro por meio de bancos, fundos de pensão, fundos de alto risco e rendimento. Após o “estouro da bolha” especulativa representada pelo setor imobiliário americano, estes setores passaram a investir fortemente nos mercados internacionais de produtos agrícolas, em produtos primários em formas de *commodities* e isso teve consequência direta nos preços dos alimentos pelo mundo, em especial entre os países importadores. Segundo Romano, “articulado com as empresas transnacionais que controlam a comercialização de sementes e a distribuição mundial de cereais, o capital financeiro investe no mercado de futuros na expectativa de que os preços continuarão a subir. E, ao fazê-lo, reforça essa expectativa”

Nos últimos anos os preços futuros de grãos não são regulados pela oferta e demanda, ou as irregularidades do tempo. As novas tendências do mercado agrícola são promovidas, em boa parte, pela entrada de novos fundos de investimentos. O mercado futuro chega a negociar 22 safras anuais de soja. Só os fundos são responsáveis por oito delas. Em 2007, o mercado futuro agrícola da bolsa de mercadorias da cidade de Chicago negociou 7,3 bilhões de toneladas de milho, 4,3 bilhões de soja e 2,7 bilhões de trigo. Enquanto a produção física desses produtos em 2007 foi de 780 milhões, 220 milhões e 606 milhões de toneladas, respectivamente. Ou seja, estamos falando de um “descolamento” do setor de investimentos (especulativo) em relação a economia real.

A engrenagem financeira que move esse capital especulativo pode ser entendida a partir do seguinte ordenamento: com a redução das taxas de juros feita pelo *Federal Reserve*

System - Fed (equivalente ao Banco Central Americano), os fundos migraram das aplicações da renda fixa para ações na bolsa de valores Dow Jones, depois Nasdaq, para o mercado imobiliário e, após a recente crise desse setor, para as *commodities* minerais como o petróleo e as agrícolas, nesse último caso com repercussões no preço dos alimentos.

A fome hoje é a nova grande fonte de lucros do capital financeiro. Mas o acesso aos alimentos é condição elementar a sobrevivência, afetando a vida das populações em todo o planeta. Essa contradição parece ser insolúvel dentro de uma lógica que privilegia os ganhos do capital em detrimento da condição humana. O resultado é a volta da inflação impulsionada pelo aumento do preço de alimentos, provocando até mesmo a sua escassez. Tais acontecimentos tem motivado revoltas e protestos em todos os continentes.

A insegurança alimentar e o biodiesel

Karen Kraulich

Karen Capelesso

Rúbia M. Tordiotto

A segurança alimentar, segundo definição apresentada na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em julho de 1994, significa o “acesso em quantidade e qualidade de alimentos requeridos para a saudável reprodução do organismo humano e para uma existência digna”. O estado de “insegurança alimentar” se estabeleceria quando o acesso aos alimentos passa a ser ameaçado.

A pesquisa de combustíveis alternativos utilizando como matéria prima a biomassa está crescendo e vem ganhando espaço devido a questões como o aquecimento global, a futura escassez do petróleo, etc.

O transporte brasileiro é feito por meio rodoviário e mesmo que o nosso país tenha alcançado a auto-suficiência na produção de petróleo, importa cerca de 10% de petróleo fino de que necessita.

A política energética do Brasil tem se voltado para a busca de soluções alternativas ao petróleo, desde os anos 1970, com a produção de etanol da cana de açúcar. Esta produção elevou o tamanho da área destinada a sua plantação em 116%. Já as pesquisas na produção do biodiesel tiveram grande impulso no início dos anos 1980. Atualmente, desenvolvem-se projetos de produção de biodiesel a partir de plantas oleaginosas como o dendê, a mamona o babaçu e a soja.

Estudos apontam que o biodiesel de soja tem grande potencial e poderá ter sustentabilidade econômica. Entretanto, não ameniza os efeitos sobre o meio ambiente que a sua produção em larga escala representa. Além disso, a soja é uma atividade concentradora de renda e gera poucos empregos quando comparada com outras oleaginosas. A produção de mamona, babaçu e dendê pode representar uma alternativa concreta para geração de emprego e de renda no campo e promover a inserção social de agricultores familiares.

A produção dos biocombustíveis, a partir de alimentos como a soja e o milho, tem recebido críticas de vários setores da sociedade como pequenos produtores, ambientalistas, intelectuais, Banco Mundial e órgãos como a FAO. Um dos motivos das críticas seria que estas culturas põem em risco a segurança alimentar das populações pobres e o possível agravamento da situação dos 912 milhões de pessoas que passam fome em todo o mundo, com o desvio desses produtos das mesas para a produção de biocombustíveis.

A produção de biodiesel é apresentada pela mídia como um fator fundamental da crise alimentar atual. No entanto, estudos apontam que a sua produção se dá numa escala que não seria suficiente para repercutir na alta dos preços dos alimentos. No entanto, havendo uma mudança nesse quadro, caso ocorra um aumento expressivo no cultivo de soja destinada a produção de biocombustível, poderá haver impactos sociais e ambientais negativos. A retirada de florestas para ampliar a área destinada ao cultivo de matéria prima para a produção do biodiesel, especialmente nos biomas do cerrado e da floresta amazônica, vem trazendo preocupações, principalmente para os ambientalistas.

Para o setor rural, o biocombustível surge como uma fonte de renda, incentivada pelo governo brasileiro que criou um subsídio para a sua produção. As famílias produtoras rurais passam a ser estimuladas a produzi-los. Mas isto pode se tornar uma armadilha para os pequenos produtores, pois apesar de ser uma fonte de renda, o biodiesel assim como qualquer outro produto que esteja no mercado, não está isento de sofrer com a sua volatilidade, o que traria problemas financeiros para as famílias rurais descapitalizadas.

Enfim, os biocombustíveis possuem pontos positivos e negativos e há muita coisa a ser pesquisada ainda para chegarmos a uma conclusão. Porém, a crise alimentar precisa de uma saída concreta; milhões de pessoas passando fome em pleno século XXI é uma questão inaceitável. Se o alimento existe, ele precisa chegar a todos nós, seja pelos lucros trazidos do biodiesel, ou através da melhor distribuição de renda, ou outro método que venha a surgir, a questão precisa de uma solução e rápido.

A crise alimentar na mídia

Gustavo Soares de Lima

No Brasil, o aumento nos preços dos alimentos observado nos últimos anos atingiu, sobretudo, as camadas mais pobres da população e, apesar de colocá-las em situação de insegurança alimentar, não gerou conflitos civis como os ocorrido em outros países: Haiti, Egito, Indonésia e Senegal. Em parte, a ausência de protestos em nosso país pode ser explicado pela existência de vários projetos assistencialistas que amenizam o problema, como no caso do Programa Bolsa Família. Aqui, apesar da histórica desigualdade social e da pobreza gerada pelo desenvolvimento desigual de um país colonizado sob o estigma da exploração mercantil européia e, nas últimas décadas, aprofundada pela intensa submissão ao neoliberalismo, as discussões sobre a fome global nos chegam mais através do construto proporcionado pela mídia, com base na discussão internacional sobre a fome, à qual o próprio governo brasileiro está inserido.

A partir desta perspectiva, percebemos inúmeras leituras sobre as causas da fome no mundo. Uma das principais causas da fome apontada pela mídia seria a produção de biocombustíveis. Um exemplo é a recente afirmação de Jacques Diouf, diretor geral da FAO, que disse: “o resultado é que quase 100 milhões de toneladas de cereais foram subtraídas aos mercados de alimentos para destinar-se à satisfação de necessidades energéticas”.

Desde que o Banco Mundial e outros organismos têm colocado a culpa pela fome na produção de etanol, o presidente Lula tem rebatido as críticas lembrando que os EUA também produzem biocombustíveis e que, inclusive, oferecem altos subsídios para os seus agricultores dificultando, assim, que a produção de etanol de outros países possa contribuir para o desenvolvimento dos pequenos proprietários. Segundo reportagem de Alan Beattie, do *Financial Times*, os EUA propuseram uma medida na pretensão de reduzir os subsídios agrícolas. Entretanto, para o governo brasileiro esta redução seria insuficiente. Segundo a revista *Veja* a produção de etanol dificilmente prejudicaria a produção de alimentos no mundo, a não ser que os países utilizassem a produção agrícola com fins energéticos em detrimento dos alimentos. Além disso, no momento, o mundo produz mais alimento do que consome.

A mesma revista *Veja*, e no mesmo especial, afirma que a “demanda cresce, o clima atrapalha e o preço sobe”. Dentre as causas do aumento dos preços dos alimentos estariam o aumento do consumo da carne pelos chineses (para se produzir um quilo de carne bovina são necessários cerca de oito quilos de grãos) e as secas na Austrália. Lula também já havia utilizado o mesmo argumento.

De forma interessante, parte dos movimentos sociais vinculados à “via campesina” também lembram que o acordo sobre o etanol assinado por Bush e Lula traz sérios problemas como a monocultura, destruindo a agricultura familiar.

Em meio aos discursos da mídia e de governos, bem como os dos próprios movimentos sociais, o que podemos entender como a crise dos alimentos? Afinal, a culpa seria dos pobres que estão comendo mais? Dos biocombustíveis? Dos subsídios estadunidenses? Da monocultura?

Os protestos populares contra o aumento dos preços dos alimentos

Juliana Valentini;

Sandra Popiolek

A elevação nos preços dos alimentos, no decorrer dos últimos anos, atingiu a população dos vários continentes, principalmente os habitantes dos países dependentes, mas também as pessoas que moram nas periferias das cidades dos países de economia centrais, deixando de ser apenas um problema das classes menos favorecidas dos países pobres. A partir do momento em que uma parte da população percebe no bolso a alta dos preços dos alimentos, e outra parte significativa sente no estômago a falta de comida, é que a questão da fome passa a ser discutida pela imprensa.

Os países mais vulneráveis são os importadores de alimentos. Até 1960, a grande maioria dos países era auto-suficiente na produção de alimentos. Hoje 70% das nações do hemisfério Sul, onde vivem cerca de 4,8 bilhões de pessoas, se transformaram em importadores desses produtos. As empresas transnacionais do Ocidente controlam todo o comércio mundial do setor.

Itens essenciais da alimentação da população de baixa renda como trigo, milho, arroz e carne dobraram de preço no mercado internacional entre a safra de 2006 e início de 2008. Este período foi marcado por inúmeros protestos populares emergidos em vários países como Costa do Marfim, Egito, Camarões, Bangladesh, Índia, Filipinas, Haiti e México. Contabilizam-se mais de trinta países localizados na Ásia, África e na América Latina em situação de crise alimentar onde ocorreram conflitos provocados pelo aumento dos preços e a falta de alimentos.

No início de 2008, ocorreu uma passeata no México contra a escalada do custo da popular *tortilla*, panqueca feita de farinha de milho, que consiste a base do cardápio mexicano, reuniu mais de 75 mil pessoas na capital. Em vários países a população sai às ruas para protestar contra a alta dos preços de produtos básicos como nas Filipinas, Afeganistão, Senegal e Haiti. No Haiti os conflitos foram gerados pela elevação do preço do arroz, causando a morte de várias pessoas e deixando dezenas de feridos. Na Indonésia houve manifestações pelo aumento do preço da soja, arroz e milho e, no Egito, os conflitos foram provocados pela escassez de pão, em que várias pessoas ficaram feridas, inclusive, com vítimas fatais.

Na Argentina e na Bolívia os produtores agrícolas manifestaram-se contra as intervenções dos governos locais na tentativa de diminuir a alta de preços no mercado interno.

No Peru houve protestos devido à alta do preços dos fertilizantes. Os produtores de arroz do Vietnã suspenderam as exportações para garantir o abastecimento interno e segurar os índices de inflação.

Com 8,5 milhões de habitantes, o Haiti é um dos países mais pobres do continente americano. A atual crise dos alimentos atingiu duramente os haitianos que importam a maior parte da comida que consomem, resultado de políticas de livre mercado que sufocam a produção nacional. O Haiti, até a década de 1980, produzia todo o arroz necessário para alimentar sua população, mas em meados dos anos 1980 o ditador haitiano Jean Claude “Babe Doc” Duvalier fez acordos com o FMI e o Haiti passou a ser dependente político e econômico em relação aos Estados Unidos, tornando-se um dos maiores importadores de arroz estadunidense. Atualmente, mais de 70% da população vive com menos de dois dólares por dia.

No início de setembro desse ano de 2008, o Haiti sofreu mais danos materiais e humanos pela passagem de intensos furacões. Esse país é castigado por várias tormentas devido a sua posição geográfica, o que dificulta o desenvolvimento da sua agricultura e agrava a situação miserável da sua população.

Uma das regiões do planeta que também sofre com a fome é o continente africano, onde a situação parece piorar por numerosos fatores como a instabilidade política, os conflitos armados, as guerras civis, a corrupção política e o péssimo gerenciamento dos suprimentos alimentícios. Um exemplo é Uganda que, na década de 1980, apresentou uma das piores taxas de mortalidade da história, 21% da população morreram, incluindo 60% das crianças.

Atualmente, a crise do setor de alimentos atingiu a população pobre da Zâmbia, Moçambique e Angola. A Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) estima que cerca de 12,8 milhões de pessoas correm o risco de morrerem se não receberem ajuda humanitária, com urgência.

Atualmente dez milhões de pessoas morrem a cada ano por causa da fome, de acordo com dados da ONU. Mais de vinte e cinco mil mortes por dia e 75% dessas pessoas viviam em áreas rurais principalmente na Ásia e na África. No sul do continente africano, já é contabilizado 524 milhões de vítimas da fome. Dados da FAO indicam que uma criança morre de fome a cada cinco segundos no mundo.

O preço do arroz, do feijão e da carne gera preocupação para nós brasileiros. Embora não haja desabastecimento, a cotação do arroz no mercado internacional elevou o preço deste produto básico da mesa da nossa população. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aumentaram-se os gastos com a cesta básica

de alimentos e com a carne.

No Brasil, políticas sociais compensatórias vem sendo implantadas desde o governo de Fernando Henrique e ampliadas já no primeiro governo Lula, no intuito de minimizar o problema da fome para as classes com baixo poder aquisitivo. Trata-se da Bolsa Família e do Fome-Zero, programa que reuniu vários outros, criados para assegurar o direito à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. As estatísticas vinculadas na imprensa mostram que a fome no Brasil diminuiu, mas a miséria não acabou. Entretanto, acreditamos que o assistencialismo não irá suprir esse problema global.

Há argumentos que tentam justificar a causa da fome mundial, mas que não são cabíveis. O argumento que o mundo não pode produzir alimento para todos os seus habitantes não é sustentável, pois a Terra (ainda) tem recursos suficientes para manter seus habitantes.

Onde está o problema? Seria um dos efeitos da má distribuição de renda e da predominância dos interesses das grandes empresas internacionais?

REFERÊNCIAS

ROMANO, Jorge. A forme que dá lucro. IN: Le Monde Diplomatique Brasil, julho/2008, p. 10-11.

Jornal Folha de São Paulo. (26/05/08)

Wehrmann, Magda Eva et al. Biodiesel de soja: política energética, contribuição das oleaginosas e sustentabilidade. Disponível em <www.anppas.org.br>

Estados Unidos pretendem reduzir limite de subsídio agrícola para US\$ 15 bilhões. Financial Times (23/07/08)

Especial “Biocombustíveis e alimentos”. Revista Veja. Abril de 2008.

MITTAL, Anuradha; MORENO, Camila. A aliança do Etanol: ameaça à soberania alimentar e energética. Disponível em <<http://www.mst.org.br>>

Revista Carta Capital – 30 de abril de 2008.

<<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/crise-dos-alimentos/contexto2.html>>

<<http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=33348>>

<<http://www.scielo.br>>

<<http://www.aondevamos.eng.br/textos/texto09.html>>

<<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>

REFORMA AGRÁRIA

Mural Produzido em:
10/2008

Coordenação:
Alexandre Blankl Batista
Fábio Ruela de Oliveira

Acadêmicos:
Fernando Chlad
Gustavo Soares de Lima
Juliana Valentini
Karen Kraulich
Karen Renata Capelesso
Rúbia Mara Tordiotto
Sandra Regina Ventura Popiolek

A questão da terra e a Reforma Agrária no Brasil: um pouco de História...

Alexandre Blankl Batista

A idéia da necessidade de Reforma Agrária no Brasil surge em vários momentos de nossa história. As oportunidades perdidas para a realização de um processo de distribuição e democratização da propriedade da terra passam pelo conservadorismo das elites locais em relação à questão do latifúndio, mas principalmente concernente à não resolução do problema das desigualdades sociais brasileiras. Além disso, há o fato da interferência dos interesses estrangeiros que constantemente prevaleceram em detrimento dos interesses em solucionar nossos problemas internos.

Todos sabem que nosso país foi constituído a partir de uma colônia que, inicialmente, pertencia a Portugal. Desde o começo da ocupação portuguesa, no território que hoje chamamos de Brasil, a política em relação às terras nunca fora de usá-las para diminuir a distância econômica entre ricos e pobres. No transcorrer de quatrocentos anos a lógica de proveito das terras brasileiras foi pautada por um modelo de economia que incentivava a grande propriedade e o cultivo de poucos itens, principalmente para a exportação.

No início da colonização se aplicava a mão-de-obra escrava e o desenvolvimento de cultivos que atendiam os interesses da metrópole européia e essa forma de produção exigia o controle da terra sob o formato do latifúndio. Esse modelo foi transformado somente em meados do século XIX, em razão de transformações na lógica de acumulação do capitalismo. Se lembrarmos das constantes intervenções de nações estrangeiras na política brasileira, veremos que, nessa época, os ingleses conseguiram se impor hegemonicamente através de suas necessidades de acumulação. A mão-de-obra escrava não interessava mais, pois havia a necessidade de trabalhadores “livres” diante do anseio de “modernizar a produção” que, ideologicamente, se guiaria então pelo modelo liberal.

Tal modelo tinha como valor principal a propriedade privada e a terra era considerada o principal bem privado que se poderia adquirir. Isso significava que os únicos que poderiam ter acesso à mesma seriam aqueles que pagassem por ela. Com a transformação de lotes em valiosa mercadoria, somente uns poucos abastados somavam paulatinamente grandes quantidades de terra, ou seja, identificamos nesta época as características básicas dos atuais *latifúndios* existentes hoje no Brasil. Essa designação, na Roma antiga, significava grande

domínio privado da aristocracia. No sentido moderno, *latifúndio* significa a grande propriedade rural, especialmente a que tem grande proporção de terras não cultivadas e é explorada com técnicas de baixa produtividade.

Fica claro que, embora o processo que desencadeou o fim da escravidão no Brasil tenha sido positivo para acabar com essa forma cruel de emprego de mão-de-obra, o modelo que o substituiu acabou mantendo a propriedade da terra nas mãos das elites dominantes, em que se observava já um grande privilégio concentrado nas oligarquias rurais, principalmente no centro do país. A maior parte das terras brasileiras detinham-se em poder de uma minoria, em detrimento de uma maioria submissa a esses grandes proprietários, ou marginalizada por esse sistema. No início do século XX, uma das monoculturas mais lucrativas para as elites foi o café, plantado em grande escala para a exportação. O Brasil tornava-se um conhecido exportador deste produto e dependia muito dele para sustentar-se economicamente.

Mais tarde, com a crise de 29, o país sofreu o impacto e sentiu a fragilidade de estar muito dependente de um único produto para exportação. Na década de 30, com a política do governo de substituição de importações e com o impulso dado pela crescente burguesia industrial, o país superou a crise e transformou seu modelo econômico interno, no entanto, mantendo a estrutura da terra intacta, e criando uma aliança da burguesia industrial com as oligarquias. O modelo que explica essa ascensão da burguesia industrial, no Brasil, em associação não apenas com as oligarquias, mas também com o capital estrangeiro, tem sido chamado de capitalismo dependente.

Mas por que dependente? É aí que entra a contradição no cerne do suposto modelo liberal adotado no Brasil: enquanto em muitos países, principalmente do hemisfério norte, se distribuía a terra como forma de tornar os camponeses produtores e consumidores de mercadorias, até como forma de incentivar o capitalismo industrial e o mercado interno, aqui se concentrava cada vez mais a terra em grandes latifúndios, em que o papel da burguesia industrial jamais fora o de organismo autônomo, mas sempre atrelada a antigos interesses de elites locais agrícolas e do capital estrangeiro.

Com o final da ditadura Vargas, em 1945, estendeu-se um período de abertura política que foi até 1964, o qual costumamos chamar de “democracia populista”. A crise que pôs fim ao populismo em meados da década de 60 não deixa de estar fortemente vinculada àquele modelo capitalista dependente. Esse modelo entrava em choque com propostas populistas que privilegiavam o Estado de Bem-Estar-Social e o ápice da crise foi a radicalização por parte de certos setores sociais que lutavam por necessárias reformas estruturais, as quais se incluía a reforma agrária. Movido pela crise, o governo João Goulart anunciaria as reformas estruturais

no país, tendo como um dos focos a Reforma Agrária. Do comício na Central do Brasil, onde o Presidente apresentou a proposta à população, transmitida em rádio e televisão, no dia 13 de março de 1964, contaram-se dezenove dias até a sua derrubada e a implantação da Ditadura Civil-Militar. Não é necessário dizer, mas a Reforma Agrária não foi uma demanda muito bem vista, nem pelos militares que estiveram à frente do golpe, nem pelas elites civis que os apoiaram na execução e busca de legitimidade do novo regime político.

Durante alguns anos, a economia brasileira cresceu, mas o resultado que se viu foi o distanciamento ainda maior entre ricos e pobres, além de vinte anos de repressão e exclusão política da imensa maioria da sociedade civil. A herança que trouxemos de todo esse período foi a pauperização do homem do campo, políticas econômicas equivocadas que causaram exclusão e concentração de riqueza nas mãos de poucos, vinculação direta de nossa economia ao capital estrangeiro e, principalmente, a não realização de uma Reforma Agrária ampla, que desmanchasse a concentração de terras e que as melhor distribuisse para abrandar o problema da pobreza no país.

Além da não realização da Reforma Agrária, no período recente, se assiste a uma resistência enorme em realizá-la, bem como acontecia em outros tempos. Um exemplo disso foi, com a abertura política, a partir de 1985, a forte aparição dos movimentos sociais que reclamam a sua inclusão, como aqueles que lutam pela terra e que, desde então, abertamente reivindicam por essa demanda, ainda que sua luta seja constantemente criminalizada pelos meios de comunicação e grupos hegemônicos e conservadores de nossa sociedade. Hoje vivemos sob as condições impostas pelo neoliberalismo e a questão da terra se apresenta como um assunto fundamental no âmago das discussões dos críticos desse modelo econômico. Alguns objetos que estão subjacentes ao tema da Reforma Agrária, como o Agronegócio, as demarcações de terras indígenas, as demandas do Movimento Sem Terra (MST), o papel da mídia ao abordar a temática e as políticas do presente governo em relação à questão da terra no Brasil são aqui abordados, procurando-se mostrar um panorama geral da situação e um painel explicativo sumário, introdutório e atual do assunto.

O Agronegócio

Karen Loraine Kraulich

Rúbia Mara Tadiotto

Modelo de agricultura neoliberal voltada para a exportação. Assim pode-se entender o agronegócio por definição, onde as classes dominantes da nossa sociedade buscam de todas as formas mostrá-lo como a solução que o país precisa para problemas como a fome, miséria e desemprego. Vemos constantemente na mídia discursos de como os grandes proprietários de terra são importantes para o crescimento e o desenvolvimento da agricultura brasileira, e as pequenas propriedades apenas como complementares e substituíveis.

A questão da Reforma Agrária, sempre muito polêmica, nos leva a algumas contradições: por que a redistribuição das terras é tão necessária, se a política do agronegócio e seu sustendo gira em torno das grandes propriedades? Para que mexer em algo que estaria dando certo? E é justamente neste ponto que as coisas mudam de posição.

O território brasileiro tem cerca de 850,2 milhões de hectares. Terras estas que muitas vezes é apropriada ilegalmente, cercam-se territórios bem maiores do que se define em registros, por exemplo. Em virtude disso é que temos quadros como o de 132 milhões de hectares nas mãos de 32 mil proprietários, ou ainda como o fato de que a propriedade da Jarí S/A que fica entre o Pará e o Amapá, possui uma área maior do que o estado do Sergipe!

Quer dizer, poucos com muita terra e em contrapartida muitos com pouca terra. Segundo o INCRA, os pequenos proprietários são aqueles que possuem menos de 200 hectares, sendo estas 92% das propriedades e ocupam 29,2% da área total. Já a média propriedade tem entre 200 e 2000 hectares, ocupando 39,2% da área. Os grandes latifundiários representam 1% da sociedade e tem uma área de 31,6%. A grande controvérsia nestes números todos é que embora possuam mais territórios e investimentos, são as pequenas propriedades que geram 144 milhões de empregos no país, 86% do todo, enquanto as grandes somam 2,5% apenas.

Outro fator intrigante é o do investimento, financiamento e subsídios. Ora, se os pequenos agricultores geram tanto emprego, são tecnologicamente desenvolvidos, como explicar que as grandes unidades recebem cerca de um milhão de reais em créditos para cada uma enquanto as pequenas dividem financiamentos de R\$ 2.900 a R\$ 20.000,00 somente? Sendo que os maiores resultados vem deste último? Nos EUA o programa de subsídio garante ao agricultor cinco vezes mais do que no Brasil, ou seja, o subsídio aqui existe, mas não há uma distribuição adequada e justa deste dinheiro.

As maiorias das terras dos grandes latifundiários ficam intactas, tornam-se improdutivas e só fazem somar ao acúmulo de bens do proprietário, que ainda conta com os maiores investimentos, enquanto isso o pequeno proprietário que é o verdadeiro responsável pelos lucros obtidos do agronegócio precisa se manter sem os investimentos necessários e do jeito que podem, e assistem os outros levarem os créditos que na verdade são seus. E não é somente na questão de empregos, mas também na produção de alimentos, criação de animais, desenvolvimento de máquinas, técnicas de irrigação, adubo, enfim tudo gira em torno das pequenas propriedades.

Para que possamos entender melhor este problema, aponto alguns dados estatísticos do IBGE e do INCRA que nos mostram em porcentagem, a real situação do cultivo dos principais produtos para o mercado interno e externo: a agricultura familiar é responsável por 75% da produção de cacau, as grandes propriedades, 1%. Na produção de laranja a diferença é de 51% para 11%, a mandioca corresponde 92% do cultivo aos pequenos agricultores, enquanto as grandes, não somam porcentagem alguma. De todos os produtos pesquisados, apenas a cana-de-açúcar representa número superior nos grandes latifúndios, 33% da produção. Agora, ao analisarmos a distribuição das terras, temos os pequenos proprietários ocupando um espaço total de 122.948.252 km², onde vivem 95% da população rural e os grandes latifundiários que representam 0,3% desta população, contando com uma área de 132.631.509 km².

Todos estes números nos evidenciam apenas uma coisa: é a agricultura familiar a grande responsável pelo alimento e os empregos no país, e não o agronegócio teoricamente sustentado pelos grandes proprietários. Estes últimos têm poder aquisitivo suficiente para ter amigos influentes e acesso direto a mídia para venderem uma imagem que de fato não existe.

MST e a Reforma Agrária

*Juliana Valentini
Karen Capelesso*

Ao pensarmos em movimentos sociais, logo temos em mente o Movimento dos Sem Terra. O MST é um dos maiores e mais significativos dos movimentos sociais brasileiro e referência de luta para toda a América Latina.

O movimento surge por volta dos anos 80, se organizando primeiramente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, se estruturando formalmente em 1984, tendo seu congresso de constituição na cidade de Cascavel/PR. A partir de 1986, com o seu primeiro congresso nacional em Curitiba/PR, o MST deixou de ter um caráter essencialmente sulista para ter projeção nacional.

Segundo Zander Navarro, o principal desafio do MST é “tentar pressionar socialmente para alterar um padrão de propriedade da terra historicamente consolidado, onde o controle deste recurso mantém-se nas mãos de uma minoria de proprietários”.

Para o MST, suas ações estão guiadas de acordo com três princípios básicos: democratizar o acesso à terra no Brasil; implementar uma reforma agrária e lutar por uma sociedade “igualitária” e mais justa. Para eles “É preciso realizar uma ampla reforma agrária com caráter popular para garantir o acesso a terra para todos os que nela trabalham. Garantir a posse e uso de todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e quilombolas. Estabelecer um limite máximo do tamanho da propriedade da terra como a forma de garantir a sua utilização social e nacional”.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tem uma profunda capacidade de mobilização, conseguindo grande visibilidade pública nos seus atos. A repercussão dessas ações tem trazido alguns resultados positivos para as famílias sem-terra, pois através da mobilização eles conseguiram a criação de novos assentamentos. Segundo o site do MST, de 2003 à 2005, foram assentadas por volta de 244 mil famílias no Brasil.

Além dos resultados muitas vezes positivos de suas ações, outro ponto que também traz atenção da sociedade para o Movimento dos Sem Terra é a grande violência empregada para reprimir as suas manifestações. O assassinato de sem-terras em Corumbiara, no estado de Rondônia, em agosto de 1995, e o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em abril de 1996, foram de extrema importância para que a sociedade voltasse a atenção para o MST e para a questão da reforma agrária, principalmente o massacre de Carajás, já que a quantidade expressiva de mortes e as evidências deixadas do confronto entre policiais foram filmados e

repercutidos amplamente na mídia.

Através do impacto desses acontecimentos, aproveitando a conjuntura de apoio da população ao movimento, eles mudaram sua palavra de ordem política de “ocupar, resistir e produzir”, voltada para a tática interna de luta do movimento, para “Reforma Agrária: uma luta de todos”, sugerindo que houvesse um apoio mais amplo da sociedade em relação as suas demandas, lutas e reivindicações. Segundo Mary Del Priore e Renato Venâncio, após a organização do MST, há uma diminuição na quantidade de assassinatos no campo. Um dos fatores atribuído pelos autores para este fato é a pressão da opinião pública nacional e internacional, que voltaram seus olhares para os conflitos em torno da terra.

A justificativa apontada pelos contrários ao movimento fica muito bem explicitada por Luiz Fernando Verríssimo em seu artigo “Injustiça e desordem”. Para ele, esses grupos deixam de lado as injustiças sociais do campo, ignoram a luta pela Reforma Agrária e exaltam a “desordem” causada pelos manifestantes, com suas ocupações (“invasões” como preferem falar) ao sagrado bem privado. Mas estes esquecem que no país com a maior quantidade de terras aráveis do mundo, não tem lugar para o pequeno produtor, mas só para o latifúndio, que acabam por deixar milhares de famílias camponesas em situação miserável já que não há mais chão para trabalhar. Esquecem estes também o fato de que as manifestações do MST apenas são meras ocupações, mas também diversos atos políticos pacíficos, como marchas, jejuns, abaixo-assinados.

No entanto, mesmo com todos os ataques que o Movimento dos Sem Terra sofreram ao longo de sua história, ele ainda se mantém na luta pela democratização ao acesso a terra e pela defesa do pequeno produtor. Por mais que a Reforma Agrária, tão almejada, ainda não tenha sido feita pelos nossos governos, fortemente vinculados aos grandes latifundiários, só de se colocar o tema em debate para a sociedade brasileira, com certeza pode ser considerada uma grande vitória do MST.

Governo Lula X Reforma Agrária

Gustavo Soares de Lima

O ano de 2002 teve um significado emblemático à grande maioria dos trabalhadores brasileiros. Acreditava-se que aquele momento ficaria para a História como um período de ruptura entre as políticas neoliberais e um novo governo, que visaria centralmente o atendimento das reivindicações dos movimentos sociais. Seis anos após a vitória de Luis Inácio Lula da Silva à presidência, qual balanço podemos fazer sobre as suas políticas para a reforma agrária – sendo esta uma das principais aspirações dos trabalhadores do campo que votaram no PT para a presidência da república?

Basta um olhar panorâmico para visualizar a inclinação do governo Lula ao beneficiamento da agricultura patronal e empresarial, ou seja, a sua submissão ao agronegócio. Esta predisposição de Lula ao latifúndio é percebida quando analisamos: a) os subsídios dados pelo governo federal aos grandes proprietários; b) o aumento da criminalização aos movimentos camponeses; c) o incentivo e o favorecimento à monocultura e/ou à agricultura para exportação; e d) a negação da reforma agrária. O resultado destas ações, é fatalmente o aumento da desigualdade no campo, indo na contra-mão dos anseios dos trabalhadores sem-terra.

Entre os anos de 2003 e 2004, o governo Lula chegou a realizar o assentamento de 116.783 mil famílias, entretanto, esta tímida distribuição de terra não foi feita de livre e espontânea vontade, e sim após intenso processo de ocupação de terras pelos trabalhadores sem-terra que chegaram a 852 ocupações de terra, mobilizando 139.209 mil famílias no campo. Assim, podemos abrir este debate ressaltando que, se por um lado, o governo Lula buscou durante estes 6 anos privilegiar grandes proprietários, por outro foi obrigado a ceder em alguma medida às pressões dos movimentos sociais, como o do MST, que havia declarado apoio a Lula em sua primeira eleição após a divulgação da promessa petista de assentamento de 1 milhão de famílias (Plano Plínio de Arruda Sampaio), mas que ao menos no período entre 2003 e 2004, só viram 11,6% desta promessa cumprida.

Mídia e Reforma Agrária

Sandra Popiolek

A Reforma Agrária, nas últimas décadas, é um assunto que está em discussão, devido aos debates, atos, manifestações que existem acerca da implantação de uma distribuição com maior equidade das terras no Brasil. Na década de 50, por exemplo, quando em Pernambuco, houve algumas organizações de trabalhadores dos engenhos de açúcar em defesa do direito do homem do campo e da Reforma Agrária, formaram-se ligas camponesas com a liderança de Francisco Julião, deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), também com apoio do Partido Comunista (PC) e da Igreja Católica. Sofreram com muita repressão policial e também com a reação dos latifundiários. No entanto, na ditadura de 64, Julião e seus principais líderes foram presos e condenados, o que causou o enfraquecimento do movimento. Hoje quem defende esses interesses são os atuais movimentos camponeses, por exemplo, o MST.

Como esses movimentos acabam incomodando latifundiários principalmente, a esses que defendem e se aglutinam na crítica incessante à forma de como é feita a reivindicação em torno da terra. De alguma forma, a mídia, que sempre reproduz a preocupação desses latifundiários, é um exemplo por onde são defendidos os interesses dos setores dominantes. A Revista *Veja*, considerada a maior revista de circulação nacional, pode ser citada como um veículo que tem atacado constantemente os movimentos que lutam pela Reforma Agrária, principalmente o MST. Em toda a sua história, *Veja* já publicou mais de 15 capas referente à Reforma Agrária e nessas matérias, sempre reproduz o mesmo discurso, mas em termos diferentes, classificando os movimentos como revolucionários, radicais, bárbaros, baderneiros e vândalos. O que chama bastante a atenção é a matéria de capa do dia 10/05/2000 intitulada “A tática da baderna – o MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista”.

Naquela matéria, dirigia-se ao MST como “sem lei” por “invadir” prédios públicos em algumas capitais. Na época, considerava-se a ação do movimento “espetacular” desde a sua criação. O discurso contemplava o que até aqui nossos colegas já publicizaram sobre as razões históricas da luta pela Reforma Agrária e as questões que a envolve. Entretanto a revista classifica a forma de atuação desse movimento como ação para “tomar o poder” e implantar o socialismo com uma revolução. No entanto, acabam deixando a mercê o “papel” que esse movimento tem de reivindicar e lutar por uma melhor distribuição de terras. É importante mencionar, a maior parte da mídia acaba reproduzindo a visão de que esse movimento é

apenas baderneiro.

Ainda com relação a *Veja*, isso é percebido em outra matéria de capa do dia 14/06/2006 intitulada “Os PTbulls – financiados pelo governo e chefiados por um dirigente do partido, os agitadores que depredaram o Congresso Nacional são apenas um dos grupos que se comportam como braço armado do PT”. Nessa matéria, *Veja* trata de outro movimento o MLST, Movimento de Libertação dos Sem Terra, e o classifica como “vândalos”, em que, ao atacarem o Congresso Nacional, “insultaram a tolerância da democracia brasileira”. Ao longo da matéria, *Veja* relaciona esse movimento como aliado do governo, apontam as possíveis relações com o Governo Lula. Além disso, criam um esteriótipo aos líderes do movimento dizendo serem “protegidos” do governo, como se tivessem “mal de Marxzheimer, uma doença social que produz miséria física e mental”.

Como mais um veículo de “desinformação”, *Veja* não traz os dois lados da moeda. Omite informações do movimento e banaliza suas ações no intuito de defender interesses, mas interesses para quem? Apenas para grandes latifundiários e seus leitores, simpáticos a essa causa? É muito fácil criticar a ação de um movimento que se constitui para defender o interesse daqueles que não tem terra e, de certa forma, errada ou equivocada, lutam pelo que é de direito.

A Questão Indígena: Terras ancestrais e interesses estatais

Fernando Chlad

Não é de hoje que ouvimos falar de conflitos entre indígenas e agricultores, relativos a questões fundiárias. É comum vermos as pessoas terem pena dos “coitados” dos índios, tão longe de nossa maravilhosa vida contemporânea, com nossos alimentos industrializados e oito horas de trabalho diário. Entretanto, no fim das contas elas ficam ao lado dos “pobres agricultores”, que trabalharam tão duro para comprar a terra que os índios procuram ter “de graça”.

Muitos se esquecem de que os “pobres agricultores”, cujo estereótipo é o do homem simples, que planta para a subsistência e vende o que sobra, são na verdade latifundiários, donos de gigantescos mares de soja destinados à exportação e ao seu enriquecimento, e não para alimentar o Brasil, como tanto afirmam em seus discursos e slogans. Enquanto isso, os indígenas que habitam esta terra desde muito antes do primeiro europeu pisar aqui com seus sapatos molhados, passam fome devido a escassez de terras para plantio, cortesia de nossos “pobres agricultores”, desesperados pela possibilidade de não poderem comprar uma picape do ano.

Há pouco tempo atrás, ouvimos falar do caso da Reserva de Raposa Serra do Sol, em Roraima, em que agricultores, políticos, empresários e militares buscavam não apenas parar com a demarcação contínua da reserva, como também diminuí-la, argumentando que a mesma traria riscos à soberania nacional. Porém, isto não tem fundamento algum, visto que os indígenas não apenas preservam a demarcação do território brasileiro com sua presença, como também denunciam abusos e invasões de estrangeiros, guardando a soberania.

Outro caso é o do Mato Grosso do Sul, onde as reivindicações dos indígenas por um pedaço de suas terras ancestrais levaram a conflitos com fazendeiros, através de ocupações e as subseqüentes expulsões por capangas armados, resultando em dois índios mortos, quatro baleados e três presos. Nenhum branco foi preso, e chegou-se ao cúmulo de se aceitar a versão dos fazendeiros de que os quatro índios foram baleados pelo líder da ocupação, na tentativa de acertar dois agricultores, entre eles o presidente do Sindicato Rural de Amambaí, tendo sido então decretada a prisão do líder indígena, no momento foragido. Para variar, os depoimentos dos índios foram ignorados, assim como o fato de eles não disporem de nenhuma arma de fogo, ao contrário dos fazendeiros...

Para tentar resolver essa crise fundiária no Mato Grosso do Sul, a Funai foi encarregada de resolver a questão até 2010, o que ela declarou que pretende fazer com uma investigação em uma área total de três milhões de hectares, para ver o quanto dentro dessa área poderia ser demarcada como reserva. A imprensa surgiu então com o espalhafatoso número de 12 milhões de hectares, cerca de um terço do estado, como a área de demarcação. Mesmo após o responsável por um dos grupos de trabalho do levantamento ir à imprensa local esclarecer o erro, o número de três milhões foi apresentado como área de demarcação, e não de investigação. O que não torna surpreendente o fato de o Sindicato Rural de Dourados ter levado às ruas em manifestação cinco mil pessoas, preocupadas com a economia do estado. Porém, mesmo essa demarcação pode vir a proporcionar benefícios aos proprietários, pois a resolução dos problemas fundiários pode trazer ao Mato Grosso do Sul a estabilidade jurídica, reivindicada há pelo menos três décadas:

Há também o caso dos Guarani da reserva Oco'ÿ, no oeste paranaense, expropriados de suas terras ancestrais pela ITAIPU, para a construção da Binacional, e que há mais de vinte anos vem lutando contra a mesma, os fazendeiros e o INCRA, para receberem as terras a que tem direito, não apenas em quantidade, mas também em qualidade.

A questão principal é: será que após séculos de abusos, massacres, expropriações e outros sofrimentos que nossa “civilização” judaico-cristã-ocidental infligiu aos povos indígenas, habitantes por direito dessas terras, não seria a hora de começar a pagar esse débito histórico e fazer justiça para com eles? Afinal, é por nossa causa que hoje eles estão passando fome e expropriados das terras que lhes são tão material e espiritualmente importantes.

Reforma Agrária para os Índios?

Fábio Ruela de Oliveira

O debate sobre a reforma agrária e a questão da terra é muito antigo, mas felizmente continua intenso na atualidade. No caso do Brasil, mais especificamente, qualquer discussão sobre tais questões passa, necessariamente, “pela óbvia constatação de que há, historicamente, uma desigualdade gigantesca na posse da terra.” (FILIPPI, 2005, p.53) Ao contrário dos países desenvolvidos e dos países que vivenciaram o socialismo real, “a industrialização brasileira não suscitou mudanças importantes no regime de posse da terra.” (FILIPPI, 2005, p.59) Em recentes edições da revista semanal *Carta Capital* observamos alguns casos, resumidos abaixo, que refletem essa dinâmica da desigualdade na posse da terra no Brasil, indicando sua permanência.

O primeiro deles, é o caso do Território Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. A demarcação da área de 1,7 milhão de hectares dessa reserva é contestada na justiça, em ações assinadas por fazendeiros que disputam a posse de uma parcela do território, acompanhados de políticos, militares e empresários. (*Carta Capital*, nº. 510 de 27/08/2008) O segundo caso é a disputa entre índios e agricultores pela demarcação de terras no estado do Mato Grosso do Sul. Na região rural do município de Coronel Sapucaia, área fronteira com o Paraguai, município mais violento do Brasil, na rota do contrabando e do narcotráfico, a área de 1,7 mil hectares da tribo kaiowá ficou pequena para sua população de 2,4 mil indígenas, hoje sem terra para plantar e reivindicando a ampliação da área. Como esse, vários conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul ainda não têm solução na justiça e já causaram mortes e ferimentos em muitos índios. Os latifundiários, via Sindicato Rural, já reuniram 5 mil manifestantes no centro de Dourados/MS, contrários à demarcação e continuam a pressionar a população local afirmando que a mesma traria prejuízos econômicos para a região. (*Carta Capital*, nº. 515 de 01/10/2008)

Ambos os casos, obviamente não tiveram grande repercussão na mídia e configuram a permanência de algumas características fundamentais para a dinâmica capitalista, iniciada há mais de dois séculos na Europa: a expropriação dos trabalhadores da terra, a concentração da terra no latifúndio e a prática da monocultura. Do lado indígena observamos que a terra está na sua identificação, ela não lhes pertence, mas eles pertencem a terra, por isso eles não aceitam qualquer área, mas aquela que foi de seus antepassados, e a utilizam para sua própria subsistência. Do lado dos agricultores observamos que o que está em jogo é grande agricultura, principalmente a monocultura de soja em vastas áreas, seguindo a prática

“novidade do momento”, do *agrobusiness*, ou o agronegócio.

Pelo fato de envolver indígenas esses conflitos fundiários são mais complicados, mas a posição recuada da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não se justifica e lança dúvidas sobre seu papel. Não obstante, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social dos mais organizados no Brasil hoje, ecoa um também injustificado silêncio sobre tais episódios. Os índios também não são trabalhadores sem terra? Não trabalham numa perspectiva de agricultura familiar e coletiva? Não são legítimos interessados numa reforma agrária?

Em meio ao “ecologismo” e ao “ambientalismo” tão em moda nesses tempos de crise climática, vale a pena refletir o papel do índio enquanto autêntico homem da natureza, aquele que guarda códigos e conhecimentos que a civilização já perdeu há muito tempo. Fala-se muito em defesa das florestas, porém fala-se pouco da defesa dos homens que nelas vivem e as conhecem.

Num horizonte mais distante o impasse da reforma agrária no Brasil, a intensa mecanização do campo e o contínuo processo de êxodo rural geram enormes contingentes de migrantes em direção as cidades. Esses elementos explicam parcialmente o característico e crescente processo de urbanização desse início de século XXI, ou melhor, de uma *suburbanização*, “que toma forma de uma fuga desesperada do interior em direção ao que chamamos hipercidades.” (HOBSBAWM, 2007, p.38)

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Melquizedek Brito. *Reforma Agrária no Brasil: O papel das Ligas Camponesas e do Movimento dos Sem Terra (MST)*.
- COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DEL PRIORE, Mary, VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- FILIPPI, Eduardo Ernesto. *Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. (Série Síntese Contemporânea)
- HOBBSAWM, Eric J. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. NAVARRO, Zander. *Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo – o MST e a reforma agrária*.
- NETO, João Cabral de Melo. *Funeral de um lavrador*. In: *Morte e Vida Severina e Outros Poemas para Vozes*. 4ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 200, p.59.
- NEVES, Delma Passanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. STEDILE, João Pedro. *O AgronegócioXAgricultura Familiar e Reforma Agrária*. Fórum Nacional de Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Junho de 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- VERRISSIMO, Luiz Fernando. Injustiça e desordem. *Jornal Zero Hora*, 03 de jul. 2008
Carta Capital, nº. 510 de 27/08/2008.
Carta Capital, nº. 515 de 01/10/2008.
Revista Veja do dia 10 de maio de 2000.
Revista Veja do dia 14 de junho de 2006.
<<http://www.veja.com.br>>
<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4518>>. Acessado em 20 de out. 2008.
<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=526>> Acessado em 20 de out. 2008.

<<http://www.clicklivro.com.br/content/view/8619/69/>>. Acessado em 20 de out. de 2008.

<http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_10.pdf>. Acessado em 20 de out. de 2008.

<<http://iisg.nl/labouragain/documents/navarro.pdf>>. Acessado em 20 de out. De 2008.

<www.pt.org.br>

CRISE FINANCEIRA

Mural Produzido em:
11/2008

Coordenação:
Gilberto Grassi Calil
Luis Fernando Zen

Acadêmicos:
Gustavo Soares de Lima
Juliana Valentini
Karen Kraulich
Karen Renata Capelesso
Rúbia Mara Tordiotto
Sandra Regina Ventura Popiolek

2008: a grande crise da econômica capitalista ?

Gilberto Calil

“Em um sistema de produção onde toda a continuidade do processo de reprodução depende do crédito, quando este acaba subitamente e somente transações com dinheiro passam a ser aceitas, é inevitável que ocorra uma crise, uma tremenda demanda por meios de pagamento. É por isso que, à primeira vista, a crise inteira parece ser somente uma crise de crédito e de moeda. E de fato trata-se apenas da conversibilidade de letras de câmbio em dinheiro. No entanto, a maioria destes papéis representam compras e vendas reais, cuja extensão – para muito além das necessidades da sociedade – é, afinal, a base de toda a crise. Ao mesmo tempo, há uma quantidade enorme destas letras de câmbio que representam mera especulação, que agora revela sua face e colapsa; especulação fracassada com o capital de outras pessoas, com o capital-mercadoria depreciado ou invendável, ou com ganhos que nunca mais poderão ser realizados. Todo esse sistema artificial de expansão forçada do processo de reprodução evidentemente não pode ser resolvido com um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, entregando a todos esses especuladores o capital que lhes falta através de seus títulos, comprando mercadorias depreciadas a seus antigos valores nominais. Aliás, é nesse momento que tudo começa a parecer distorcido, já que nesse mundo de papel, o preço real e seus fatores reais desaparecem, deixando visível somente metais, moedas, cédulas, letras de câmbio e títulos.”

Karl Marx, *O Capital*, vol. 3, cap. XXX. 1865

A passagem acima, escrita há quase 150 anos, deixa claro que a crise é inerente ao sistema capitalista. Mas, ao mesmo tempo, ajuda-nos a perceber que o que parece em um primeiro momento apenas uma crise financeira (estouro das “bolhas especulativas”, para usar a linguagem corrente) é muito mais profundo, com conseqüências bastante palpáveis para todo o conjunto do sistema capitalista. Cabe lembrar, como há mais de 100 anos escreveu Lênin, que sob a forma imperialista o capital bancário e o capital industrial (ou “produtivo”, como preferem dizer os economistas) não existem em separado, mas unificadamente, como capital financeiro. Portanto, não faz sentido dizer que uma crise é “apenas financeira”, pois uma crise financeira é uma crise do sistema em seu conjunto.

As crises são inerentes à dinâmica do sistema capitalista, mas se dão sob formas, condições e intensidade variadas. A crise geral de 1929 provocou anos de recessão mundial e seus efeitos terríveis impulsionaram, dentre outras conseqüências desastrosas, a ascensão do nazismo e o desenvolvimento da II Guerra Mundial. A ampla destruição provocada pela II Guerra Mundial permitiu um novo ciclo de acumulação capitalista, a partir da reconstrução da

Europa. Nas três décadas que se seguiram, verificaram-se índices constantes de crescimento econômico e os Estados nacionais passaram a regular em alguma medida as condições de desenvolvimento capitalista. Na década de 1970, no entanto, as grandes crises do petróleo (1973 e 1979) anunciavam uma nova crise. Neste contexto, construiu-se um novo consenso, apoiado pelas grandes empresas, seus intelectuais e os governos nacionais dos principais países imperialistas, buscando superar a crise através da desregulamentação completa da acumulação capitalista, através do estímulo à financeirização, ao livre comércio, às privatizações, da redução dos direitos sociais e trabalhistas, do desmonte dos serviços públicos, da concentração da produção e da intensificação da exploração sobre os trabalhadores. Este consenso impulsionou a “era neoliberal” que marcou as duas últimas décadas. Por algum tempo, possibilitou lucros gigantescos para os grandes bancos e corporações multinacionais, levando ao enriquecimento sem precedentes de seus executivos e seus principais acionistas. No entanto, uma hora a festa tinha que acabar e a acumulação capitalista se depara com seus limites absolutos. A crise atual pode ser o anúncio deste novo cenário.

O estímulo ao livre comércio internacional – que impulsionou a enorme concentração produtiva e o aumento da exploração sobre os trabalhadores – tem como efeito indesejado tornar o conjunto do sistema muito mais frágil. Assim, hoje um abalo na economia chinesa, indiana ou russa, por exemplo, provoca imediatos efeitos em cadeia no conjunto do sistema. A crise atual, no entanto, concentra-se no principal centro do sistema capitalista, os Estados Unidos (e, em grande parte, também na Europa), com o que pode-se prever conseqüências muito mais drásticas do que as diversas crises regionais das duas últimas décadas, que eclodiram na periferia do capitalismo (crises “dos tigres asiáticos”, “mexicana”, “brasileira”, “russa”, “argentina”, etc.).

O extraordinário aumento da exploração sobre o trabalho das últimas décadas, apesar de ter permitido em um primeiro momento o aumento dos lucros capitalistas, criou um problema insolúvel para o desenvolvimento capitalista: se as grandes massas são cada vez mais exploradas e, portanto, têm sua capacidade de acesso aos bens de consumo cada vez mais reduzida, torna-se inviável o contínuo crescimento da produção de mercadorias, imprescindível para manter as altas taxas de acumulação do capital. Por algum tempo o neoliberalismo pareceu funcionar bem, já que a corrupção e os mercados financeiros possibilitavam gigantescos lucros, sem relação com o crescimento do aparato produtivo; e, ao mesmo tempo, as empresas demitiam trabalhadores na expectativa de vender seus produtos no

“mercado externo”, que parecia ilimitado, com a incorporação da China e da Rússia. Ocorre que também no “mercado externo” os trabalhadores eram demitidos e os que mantinham seus empregos tinham suas condições de vida deterioradas. Portanto, a despeito das enormes necessidades das populações, o mercado consumidor deixou de crescer na medida necessária, fazendo com que se iniciasse um ciclo de superprodução, e, conseqüentemente, um cenário propício a uma recessão mundial de vastas conseqüências.

A crise atual ainda não se revelou em toda sua dimensão. São muitos os fatores que contribuem para obscurecer sua real magnitude. O primeiro deles é a manipulação midiática, sempre buscando reduzir a crise a algo conjuntural e passageiro. Inúmeras vezes ouvimos que “o pior já passou” e logo depois somos surpreendidos por novas falências e prejuízos bilionários nas bolsas de valores. Também os governos dos países centrais tentam desesperadamente limitar os efeitos da crise “estatizando” os prejuízos, ou seja, evitando as falências às custas de bilhões de dólares de dinheiro público. Também a eleição presidencial nos Estados Unidos, com a “onda Obama” e a expectativa que este despertou desviam a atenção da crise e fazem esquecer que o mesmo Obama apoiou a destinação de centenas de bilhões de dólares de dinheiro público para socorrer os bancos falidos. No Brasil, declarações irresponsáveis de autoridades governamentais seguem afirmando que os efeitos da crise não chegarão aqui. Ao contrário, a crise está apenas em seus estágios iniciais e suas conseqüências são imprevisíveis, até porque se desenvolvem em um cenário de iminente catástrofe ambiental, acelerada pelo crescimento desordenado e desregulamentado do capitalismo nas últimas duas décadas.

A crise vista na América Latina

Juliana Valentini

Sandra Popiolek

“O desenvolvimento da força produtiva de trabalho gera, na queda da taxa de lucro, uma lei que em certo ponto se opõe com a maior hostilidade a seu próprio desenvolvimento, tendo de ser, portanto, constantemente superada por meio de crises”

Karl Marx

O debate acerca da atual crise do capital leva-nos a refletir sobre a situação de nosso país, bem como a América Latina. No que interfere em nossa vida essa crise?

A situação da América Latina é de um clima de instabilidade comercial e monetária. Por exemplo, para países como a Bolívia e Venezuela a queda do preço do petróleo influencia em suas políticas de inclusão social, que acabam perdendo forças.

Na Argentina, sua estratégia diante a crise foi defender as taxas de câmbio, congelar os preços de seus produtos, o que, por consequência, aumentou a inflação e também prejudicaram as suas exportações e precarizou a suas importações.

No Brasil, Lula acreditava que não seríamos vítima dessa crise, entretanto teve que tomar algumas medidas relacionadas ao financiamento, restringindo os créditos com juros altos, além de iniciativas em liberar cerca de 60 bilhões de reais para reforçar os caixas dos bancos que ficaram sem fonte de financiamento, impedindo assim o colapso no sistema financeiro nacional, ou seja, socializando o prejuízo, pois o governo interferiu utilizando dinheiro público para evitar a falência desses bancos.

Essas medidas que estão sendo tomadas pelo governo mostram a impossibilidade de um país manter-se imune à crise. O caráter de uma crise é de algo passageiro, que não tem hora para acabar. Entretanto não sabemos quando essa atual crise acabará. A perspectiva para o Brasil, segundo alguns economistas, ao final dessa crise é que o país cresça cerca de 6,5% em sua economia, o que talvez não se confirme, mesmo porque se isso ocorrer o resultado terá reflexo no bolso dos grandes burgueses.

O fim do *Fim da História*? Sobre o eixo da atual crise financeira

Gustavo Soares de Lima

O termo “bolsa” provavelmente surgiu no século XVI em Bruges na Bélgica, por conta de uma tradicional família, os Van Der Burse. As Bolsas de Valores, desde a Baixa Idade Média – após o desenvolvimento comercial – ganharam a vida negociando mercadorias e capitais. Reside nelas o aspecto da perseguição do lucro, comprando e vendendo ações que representam frações do capital de uma empresa. Diariamente vemos pelos grandes meios de comunicação a saga das principais Bolsas do mundo e no Brasil, ainda que para a população fique obscuro o significado dos “índices”. Quem compreende a Dow Jones e a Nasdaq? O que as cotações das empresas estadunidenses ou as das de tecnologia tem a ver com a nossa sociedade? De que se trata a atual “crise” financeira e onde está sua origem?

O século XX foi palco de inúmeras crises do atual sistema econômico, o capitalismo. Segundo o historiador Eric Hobsbawm o século XX divide-se em três partes: a) A “Era da catástrofe”, com a crise da bolsa de 1929 como um de seus marcos, b) a “Era de Ouro” com grande desenvolvimento das forças produtivas, e por fim c) a “Era do desmoronamento” onde “as décadas de crise” seriam de um “mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade”. Entretanto, segundo o historiador Valério Arcary “Não há evidência histórica de crises econômicas sem saída para o imperialismo”, mas ressalta que “Não podemos descartar, evidentemente, que uma nova crise como a de 1929 possa ocorrer, embora o imperialismo tenha aprendido a lição histórica e venha-se prevenindo com muita prudência econômica”. A atual crise que ganhou proporções a partir da perda de seus imóveis por milhares de norte-americanos, nas chamadas “subprimes”, tem gerado inúmeros debates. Um deles gira entorno de saber se esta é uma crise igual à de 1929. Segundo François Chesnais, a atual crise possui “características que são comparáveis à crise de 1929” e com aspectos diferentes de outras crises do capitalismo:

“nesta nova etapa, a crise vai desenvolver-se de tal modo que as primeiras e realmente brutais manifestações da crise climática mundial vão combinar-se com a crise do capital enquanto tal. Entramos numa fase em que se coloca realmente uma crise da humanidade”.

A crise, que segundo Joseph Stiglitz, equivale à “queda do Muro de Berlim”, ganha proporção menor no entanto, na perspectiva de José Luis Fiori: “Muitos bancos e empresas

seguirão quebrando, nascerão rapidamente novas regras e instituições, e haverá nos próximos meses, uma gigantesca centralização do capital financeiro, sobretudo nos EUA e na Europa”. Sendo a crise em maior ou menor grau, onde está seu eixo? Quais suas características? Segundo o historiador José Menezes Gomes:

O aprofundamento da crise capitalista ao mesmo tempo em que se amplia o repasse de dinheiro público para amenizar a crise no setor financeiro deixa claro que a saída encontrada pela classe dominante para contornar a crise, na fase anterior, a fez ainda mais amplificada e se converteu numa nova fonte do endividamento público, enquanto o estado capitalista se afasta ainda mais dos chamados gastos sociais. Tudo o que foi já foi feito, todas as reformas, toda a retirada de direitos dos trabalhadores, todo o pagamento da dívida pública, em todos os países, tudo isso não foi suficiente para conter a crise.

Esta crise, apesar de desdobrar-se em todo o mundo, é uma crise do próprio modelo neoliberal, haja que um dos seus princípios que ditava a “não intervenção” do Estado na economia falhou, e agora Bancos e economistas imploram pela injeção de milhões de dólares no “salvamento” de Wall Street. César Benjamin lembra que “O que vemos não é um erro; mais uma vez, os Estados tentarão salvar o capitalismo da ação predatória dos capitalistas” e justifica esta ação: “as economias modernas criaram um novo conceito de riqueza. Não se trata mais de dispor de valores de uso, mas de ampliar abstrações numéricas”. Podemos considerar que o eixo, ou seja, o centro desta crise é o próprio elemento essencial para funcionalidade do sistema capitalista. Esta contradição foi apontada em alguma medida por Karl Marx, e aí reside a consideração central que realizamos neste texto: apesar das seqüelas deste sistema econômico em todo o mundo (demissões em massa, auxílio financeiro às custas de privatizações como no caso do sistema de correio francês, e etc), a crise é global ou seu centro está a partir da especulação financeira, principalmente na Wall Street?

Francis Fukuwama, ao escrever o livro *O fim da História*, defendia a tese de que o sistema econômico vigente era tão perfeito, que perduraria pela sociedade como forma ideal de vida. Hobsbawm contrapõe esta visão e afirma que a atual crise financeira “pode transformar-se em uma grande depressão econômica nos EUA, dramatiza o fracasso da teologia do livre mercado global descontrolado e obriga, inclusive o governo norte-americano, a escolher ações públicas esquecidas desde os anos trinta”. Ao mesmo passo que a crise coloca toda a incapacidade das “Bolsas” de “regular” o mercado, abre mais uma vez um quadro complexo também para aqueles que “viram-se obrigados, mais uma vez, a socorrer os

banqueiros à custa dos seus sofrimentos”, colocando uma questão à esquerda internacional que é a de “não repetir o resgate dos financeiros”. Será o fim do *Fim da História*? O eixo da crise se manterá ou romperá?

O Estado intervindo na economia.

Karen Loraine Kraulich

Karen Renata Capelesso

Rúbia Mara Tordiotto

Segundo Lênin, o Estado surgiu das contradições antagônicas entre as classes sociais. Partindo desse pressuposto, o Estado serve como um meio para a classe dominante exercer seu poder sobre as classes dominadas.

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis.

Dessa forma, seria ilusório pensar que o Estado é neutro em suas decisões, ele serve como instrumento para as classes dominantes exercerem seu poder hegemônico e defender seus interesses diante da sociedade.

Hoje, com a crise econômica em proporções mundiais, os Estados neoliberais de todo o globo anunciam formas de minimizar seus efeitos; empresas privadas recebendo valores exorbitantes dos cofres públicos como uma forma de socorro, valores estes que mais tarde caso não exista um restabelecimento econômico poderão vir a fazer falta em outros setores que seriam de fato responsabilidade do Estado. Um bom exemplo disso é que nos últimos 15 meses, o fundo de pensão das aposentadorias dos estadunidenses caiu 2 trilhões de dólares, enquanto as empresas privadas estariam recebendo bem mais do que o próprio governo teoricamente poderia financiar.

O Estado neoliberal, isto é, o Estado mínimo, segundo seus pensadores, parte do pressuposto da não-intervenção na economia mundial, já que o “capital privado é sagrado”. Os países da União Européia já injetaram mais de 3 trilhões de dólares na economia somente este ano. Só o governo dos Estados Unidos gastou mais 700 bilhões e o governo brasileiro, cerca de 60 bilhões em estatização de dívidas de empresas privadas e liberação de empréstimos. Tudo com um único objetivo: salvar os lucros das transnacionais e também dos grandes bancos que correm sério risco de falência devido a imensa quantidade de dívidas adquiridas.

Estranho pensar nisso, afinal, um dos maiores ideais do neoliberalismo não seria justamente a não intervenção do Estado na economia e isto está sendo quebrado sem muitas explicações e sem outros tipos de alternativas. Mas por outro lado, não podemos esquecer do papel fundamental que o Estado possuiu historicamente para a formação das classes dominantes. Esse papel continua sendo desempenhado ainda hoje e a prova mais clara disso é a forma com que os estados estão intervindo com o intuito de “resgatar” a economia mundial.

Voltamos a afirmar, eloqüentemente, que este Estado é um instrumento de dominação das classes dominantes da sociedade, da burguesia como a conhecemos, e isso nos permite entender o porquê de tais empréstimos e intervenções. Reprimir greves de trabalhadores, retirar direitos trabalhistas, desrespeitar códigos civis, dar auxílio financeiro a empresas multinacionais para evitar suas quebras, infelizmente é tudo que vemos do papel do Estado na sociedade, uma administração de interesses voltados quase que exclusivamente para os ricos empresários, enquanto os que realmente necessitam de políticas governamentais como assistência médica, educação e infra-estrutura ficam de fora dos pacotes bilionários das grandes potências econômicas mundiais.

Quais os rumos da crise?

Luis Fernando Guimarães Zen

Ainda não sabemos exatamente quais os rumos que a crise financeira irá tomar, porém, algumas mudanças já são perceptíveis, o discurso do presidente Lula que inicialmente era de que “a crise não vai atingir o Brasil” já mudou, o governo agora é forçado a aceitar que a crise já chegou ao país.

A falta de crédito tão anunciada pelos meios de comunicação já pode ser sentida na prática. A abundância de crédito para financiamentos de eletroeletrônicos, automóveis, imóveis, créditos consignados, empréstimos para aposentados, para os agricultores e empresários está cada vez mais escasso. Os financiamentos “a perder de vista” nas concessionárias de automóveis que a menos de um ano ofereciam taxas de juros de até 0,5% ao mês agora chegam a cobrar 3,10% para financiamentos de até 6 meses, isso daria aproximadamente 37,20% ao ano.

Os financiamentos de imóveis que foram o pivô da crise nos Estados Unidos estão cada vez mais escassos também no Brasil. Essa semana, as grandes multinacionais do setor agrícola anunciaram que não vão financiar plantações de grãos no Brasil, isso pode acarretar em uma crise alimentar ainda maior que a já existente e tão debatida pela ONU em 2008.

A dúvida que fica no ar é saber onde foram parar os TRÊS TRILHÕES DE DOLARES injetados na economia pelos governos dos Estados Unidos e alguns países da Europa. O governo brasileiro também “investiu” dinheiro público, isso mesmo, extraído dos nossos impostos, uma bagatela de 60 BILÕES DE REAIS injetados na economia. Mais uma vez, o Estado intervém a favor das elites, seja no Brasil, nos Estados Unidos ou na Europa.

Se essa crise persistir por muito tempo as conseqüências podem ser ainda mais graves, com o arrefecimento da economia, as grandes indústrias que hoje falam em férias coletivas logo vão começar a falar em demissões, característica comum das crises cíclicas do capitalismo.

REFERÊNCIAS

Karl Marx, *O Capital*, vol. 3, cap. XXX. 1865

LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. São Paulo: SP, Expressão Popular, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia da História, 1995

ARCARY, Valério. *O Encontro da Revolução com a História*. Sundermann, 2007

FIORI, José Luis. O mito do colapso americano.

GOMES, José Menezes Gomes. *Fase Neoliberal: Resultados e perspectivas*.

BENJAMIN, César. *Karl Marx manda lembranças*. Folha de São Paulo, 20 de setembro de 2008.

Carta Capital, 15/10/2008 – A maré chega mais perto, por André Siqueira. (P. 43).

Carta capital, 29/10/2008 – Vai passar..., por Antonio Delfim Netto. (P.31).

Carta Capital, 15/10/2008. (P.43).

<<http://www.cartamaior.com.br>>

<<http://www.uol.com.br/jc>>

<<http://www.esquerda.net>>